

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	49
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	103

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	105
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.251.937
Preferenciais	0
Total	82.251.937
Em Tesouraria	
Ordinárias	59.000
Preferenciais	0
Total	59.000

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	19/04/2011	Dividendo	06/05/2011	Ordinária		0,46736

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	682.378	629.816
1.01	Ativo Circulante	21.544	86.400
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.800	12.331
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	10.800	12.331
1.01.02	Aplicações Financeiras	356	35.027
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	356	35.027
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	182	16.979
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	174	18.048
1.01.03	Contas a Receber	10.388	39.042
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.388	39.042
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	779	62
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	19	20
1.01.03.02.03	Dividendos a Receber	0	28.459
1.01.03.02.04	Outros	9.590	10.501
1.02	Ativo Não Circulante	660.834	543.416
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	919	4.896
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	919	1.743
1.02.01.09.03	Outros	919	1.743
1.02.02	Investimentos	652.659	530.423
1.02.02.01	Participações Societárias	652.659	530.423
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	652.659	530.423
1.02.03	Imobilizado	7.249	8.097
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.249	8.097
1.02.04	Intangível	7	0
1.02.04.01	Intangíveis	7	0
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	7	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	682.378	629.816
2.01	Passivo Circulante	10.630	23.499
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	226	220
2.01.01.01	Obrigações Sociais	80	90
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	146	130
2.01.02	Fornecedores	39	293
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39	214
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	39	214
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	79
2.01.03	Obrigações Fiscais	127	254
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	109	224
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	48	76
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	61	148
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18	30
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.093	1.089
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.093	1.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.093	1.089
2.01.05	Outras Obrigações	8.145	21.643
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.865	2.330
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	7.865	2.330
2.01.05.02	Outros	280	19.313
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	19.157
2.01.05.02.04	Outros	280	156
2.02	Passivo Não Circulante	66.943	20.419
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.943	7.519
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.943	7.519
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	54.943	7.519
2.02.02	Outras Obrigações	12.000	12.900
2.02.02.02	Outros	12.000	12.900
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	12.000	12.900
2.03	Patrimônio Líquido	604.805	585.898
2.03.01	Capital Social Realizado	361.582	360.137
2.03.01.01	Capital Social Realizado	364.392	0
2.03.01.02	Gastos Emissão de Ações	-2.810	0
2.03.02	Reservas de Capital	107.676	106.850
2.03.02.04	Opções Outorgadas	11.110	9.810
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	96.566	97.040
2.03.04	Reservas de Lucros	99.128	119.316
2.03.04.01	Reserva Legal	10.270	10.295
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.185	90.161
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	19.157
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.327	-297
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.651	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-232	-405

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.696	39.154	6.711	30.879
3.04.01	Despesas com Vendas	2	0	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.141	-5.120	-2.115	-4.616
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	811	1.308	453	904
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.024	42.966	8.373	34.591
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.696	39.154	6.711	30.879
3.06	Resultado Financeiro	233	-2.493	1.228	2.679
3.06.01	Receitas Financeiras	613	1.334	1.294	2.750
3.06.02	Despesas Financeiras	-380	-3.827	-66	-71
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.929	36.661	7.939	33.558
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.929	36.661	7.939	33.558
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-10	-10	0	0
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-10	0	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.919	36.651	7.939	33.558
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00009	0,00043	0,00010	0,00041

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	7.919	36.651	7.939	33.558
4.02	Outros Resultados Abrangentes	106	-173	-53	-33
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	106	-173	-53	-33
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.025	36.478	7.886	33.525

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.701	23.477
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-804	1.400
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	36.651	33.558
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.156	0
6.01.01.03	Valor residual baixado do imobilizado	0	219
6.01.01.04	Perdão de dívidas	3.298	0
6.01.01.06	Opções Outorgadas	1.300	2.901
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-243	-575
6.01.01.09	Equivalência Patrimonial	-42.966	-34.703
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.505	22.077
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	916	-1.152
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-254	-148
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-127	-1.172
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	6	46
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	124	265
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-900	-900
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não circulante	824	-1.741
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)*	-619	23.687
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Contas a Pagar (P.R.)	5.535	3.192
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.518	4.555
6.02.01	Aplicações Financeiras	34.671	11.706
6.02.02	Ágio Aquisição de Part. Acionárias	-14.585	0
6.02.03	Imobilizado	-308	0
6.02.04	Intangível - Outros	7	0
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	-883	-2.934
6.02.07	Dividendos recebidos	28.459	28.000
6.02.08	Adto p/Futuro Aumento de Capital	-61.879	-32.217
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.113	-28.246
6.03.01	Aumento de Capital	-3.949	2.569
6.03.02	Dividendos Distribuídos	-38.314	-30.533
6.03.03	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	48.428	0
6.03.04	Ações em Tesouraria	-1.030	-282
6.03.05	Gastos emissão de ações	2.504	0
6.03.06	Ajuste de ágio na subscrição de ações	474	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	173	33
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.531	-181
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.331	350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.800	169

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.445	1.300	-20.187	0	0	-17.442
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.504	0	0	0	0	-2.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.300	0	0	0	1.300
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.030	0	0	-1.030
5.04.08	Dividendos adicional propostos	0	0	-19.157	0	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.651	173	36.824
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.651	0	36.651
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	173	173
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	173	173
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-475	0	0	0	-475
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-475	0	0	0	-475
5.07	SalDOS Finais	361.582	107.676	99.128	36.651	-232	604.805

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.569	2.901	-282	0	0	5.188
5.04.01	Aumentos de Capital	2.569	0	0	0	0	2.569
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.901	0	0	0	2.901
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-282	0	0	-282
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.558	33	33.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.558	0	33.558
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	33	33
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	33	33
5.07	Saldos Finais	297.806	103.299	57.827	33.558	-267	492.223

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.073	-2.246
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.972	-2.246
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-10	0
7.02.04	Outros	2.909	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.073	-2.246
7.04	Retenções	-1.156	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.156	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.229	-2.246
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.607	38.246
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	42.966	34.591
7.06.02	Receitas Financeiras	1.334	2.750
7.06.03	Outros	1.307	905
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.378	36.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.378	36.000
7.08.01	Pessoal	1.987	1.926
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.983	1.926
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	913	445
7.08.02.01	Federais	893	445
7.08.02.03	Municipais	20	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.827	71
7.08.03.01	Juros	3.827	71
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.651	33.558
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.651	33.558

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	874.085	804.536
1.01	Ativo Circulante	351.638	390.428
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	61.522	44.727
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	61.522	44.727
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.670	120.687
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	6.670	120.687
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3.387	58.503
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	3.283	62.184
1.01.03	Contas a Receber	283.446	225.014
1.01.03.01	Clientes	210.579	156.422
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	72.867	68.592
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	257	7.051
1.01.03.02.02	Adiantamentos a Funcionários/Terceiros	12.875	6.213
1.01.03.02.03	Contas a Compensar - Sistema FIES	18.205	14.531
1.01.03.02.05	Outros	41.530	40.797
1.02	Ativo Não Circulante	522.447	414.108
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.143	58.737
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.320	15.337
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.320	15.337
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	899	2.166
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	899	2.166
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	3.153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	50.924	38.081
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	50.337	38.081
1.02.01.09.04	Outros	587	0
1.02.02	Investimentos	228	7.728
1.02.02.01	Participações Societárias	0	7.500
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	7.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	228	228
1.02.03	Imobilizado	243.455	210.958
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	224.774	199.613
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	5.773	6.861
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	12.908	4.484
1.02.04	Intangível	215.621	136.685
1.02.04.01	Intangíveis	215.621	136.685
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	215.621	136.685

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	874.085	804.536
2.01	Passivo Circulante	143.149	139.498
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.379	42.571
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.691	16.001
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	72.688	26.570
2.01.02	Fornecedores	14.200	17.846
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.200	17.714
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	0	17.714
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	132
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	0	132
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.680	19.157
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.882	15.506
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.590	14.634
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	1.037	701
2.01.03.01.03	Parcelamento de Pis e Cofins	33	20
2.01.03.01.04	Parcelamento de INSS	222	151
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.798	3.651
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	6.731	3.538
2.01.03.03.02	Parcelamento de IPTU	67	65
2.01.03.03.03	Parcelamento de ISS	0	48
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.129	1.760
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.129	1.760
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.129	1.760
2.01.05	Outras Obrigações	21.761	42.730
2.01.05.02	Outros	21.761	42.730
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	19.157
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	8.953	18.891
2.01.05.02.05	Compromissos a Pagar	12.808	4.682
2.01.06	Provisões	0	15.434
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	15.434
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	15.434
2.02	Passivo Não Circulante	126.131	79.140
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.943	7.762
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.943	7.762
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	54.943	7.762
2.02.02	Outras Obrigações	24.291	22.200
2.02.02.02	Outros	24.291	22.200
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19.243	20.687
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	4.995	1.513
2.02.02.02.04	Outros	53	0
2.02.04	Provisões	46.897	49.178
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.459	36.444
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	33.459	36.444
2.02.04.02	Outras Provisões	13.438	12.734
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações Desmobilização de Ativos	13.438	12.734
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	604.805	585.898

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01	Capital Social Realizado	361.582	360.137
2.03.01.01	Capital Social Realizado	364.392	360.443
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-2.810	-306
2.03.02	Reservas de Capital	107.676	106.851
2.03.02.04	Opções Outorgadas	11.110	9.810
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	96.566	97.041
2.03.04	Reservas de Lucros	99.128	119.315
2.03.04.01	Reserva Legal	10.270	10.269
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.185	90.186
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	19.157
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-1.327	-297
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	36.651	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-232	-405

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	289.885	565.709	258.174	514.196
3.01.01	Receita de Mesalidades	399.522	793.987	364.796	726.782
3.01.02	Outras	8.261	12.036	4.405	7.843
3.01.03	Gratuidades - Bolsas de Estudos	-100.198	-206.919	-97.034	-190.729
3.01.04	Devoluções de Mensalidades e Taxas	-3.410	-4.953	-839	-1.396
3.01.05	Descontos Concedidos	-1.590	-4.374	-2.329	-6.679
3.01.06	Impostos	-12.700	-24.068	-10.825	-21.625
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-205.757	-383.357	-186.006	-354.497
3.03	Resultado Bruto	84.128	182.352	72.168	159.699
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-71.767	-141.366	-68.105	-132.431
3.04.01	Despesas com Vendas	-31.815	-60.767	-25.664	-50.102
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.062	-84.618	-44.774	-86.311
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.342	4.055	3.412	5.049
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-232	-36	-1.079	-1.067
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	-232	-36	-1.079	-1.067
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.361	40.986	4.063	27.268
3.06	Resultado Financeiro	-2.078	-447	3.995	6.901
3.06.01	Receitas Financeiras	3.151	12.630	7.759	14.955
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.229	-13.077	-3.764	-8.054
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	10.283	40.539	8.058	34.169
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.364	-3.888	-119	-611
3.08.01	Corrente	1.653	129	4	-969
3.08.02	Diferido	-4.017	-4.017	-123	358
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.919	36.651	7.939	33.558
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	7.919	36.651	7.939	33.558
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.919	36.651	7.939	33.558
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99.01.01	ON	0,00009	0,00043	0,00010	0,00041

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	7.919	36.651	7.939	33.558
4.02	Outros Resultados Abrangentes	106	-173	-53	-33
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	106	-173	-53	-33
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.025	36.478	7.886	33.525
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.025	36.478	7.886	33.525

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.011	16.267
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	79.562	75.175
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	36.651	33.558
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	18.536	15.129
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	0	1.359
6.01.01.04	Perdão de dívidas	3.298	0
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	22.760	20.096
6.01.01.06	Opções Outorgadas	1.300	2.901
6.01.01.07	Provisao Para Contingências	-2.729	2.338
6.01.01.08	Jrs s/ Empréstimos a Soc. Controladas	-254	-206
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.255	-59.238
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-73.810	-49.765
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	-11.063	-12.241
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	-3.646	-1.696
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrig. Tributárias	-6.515	-3.763
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	32.374	29.410
6.01.02.06	Aumento Mensalidades Rec Antecipadamente	-9.938	-7.121
6.01.02.07	Aumento (Redução) Prov. para Contingência	-256	-10.198
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	11.699	88
6.01.02.09	Aumento (Redução) Adiantamento Convênios	-1.444	-1.443
6.01.02.10	Aumento (Redução) Ativo não circulante	-7.559	-2.455
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Contas a Receber (P.R.)*	6.903	-54
6.01.03	Outros	704	330
6.01.03.01	Provisão com obrigações desmobilização de Ativos	704	330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.624	-6.558
6.02.01	Aplicações Financeiras	114.016	8.119
6.02.02	Ágio Aquisição de Part. Acionárias	-65.366	0
6.02.03	Imobilizado	-46.587	-9.628
6.02.04	Intangível - Outros	-18.017	-4.719
6.02.05	Custos com Desmobilização	0	-330
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	6.330	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.235	-30.328
6.03.01	Aumento de Capital	-3.949	2.569
6.03.02	Dividendos Distribuídos	-38.314	-30.533
6.03.03	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	49.550	-2.082
6.03.04	Ações em Tesouraria	-1.030	-282
6.03.05	Gastos Emissão de Ações	2.504	0
6.03.06	Ajuste de ágio na subscrição de Ações	474	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	173	33
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.795	-20.586
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.727	51.303
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	61.522	30.717

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.445	1.300	-20.187	0	0	-17.442	0	-17.442
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.504	0	0	0	0	-2.504	0	-2.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.300	0	0	0	1.300	0	1.300
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-1.030	0	0	-1.030	0	-1.030
5.04.08	Dividendos adicional propostos	0	0	-19.157	0	0	-19.157	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.651	173	36.824	0	36.824
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.651	0	36.651	0	36.651
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	173	173	0	173
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	173	173	0	173
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-475	0	0	0	-475	0	-475
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-475	0	0	0	-475	0	-475
5.07	Saldos Finais	361.582	107.676	99.128	36.651	-232	604.805	0	604.805

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	295.237	100.398	58.109	0	-300	453.444	0	453.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.569	2.901	-282	0	0	5.188	0	5.188
5.04.01	Aumentos de Capital	2.569	0	0	0	0	2.569	0	2.569
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.901	0	0	0	2.901	0	2.901
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-282	0	0	-282	0	-282
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.558	33	33.591	0	33.591
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.558	0	33.558	0	33.558
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	33	33	0	33
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	33	33	0	33
5.07	Saldos Finais	297.806	103.299	57.827	33.558	-267	492.223	0	492.223

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	567.017	515.725
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	585.275	531.493
7.01.02	Outras Receitas	4.502	4.328
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.760	-20.096
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-112.470	-102.808
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.164	-99.406
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	90	-1.059
7.02.04	Outros	2.604	-2.343
7.03	Valor Adicionado Bruto	454.547	412.917
7.04	Retenções	-18.536	-15.129
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.536	-15.129
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	436.011	397.788
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.685	19.996
7.06.02	Receitas Financeiras	12.630	14.956
7.06.03	Outros	4.055	5.040
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	452.696	417.784
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	452.696	417.784
7.08.01	Pessoal	260.705	249.373
7.08.01.01	Remuneração Direta	237.096	227.426
7.08.01.02	Benefícios	5.947	4.743
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.662	17.204
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	89.601	75.185
7.08.02.01	Federais	62.814	51.011
7.08.02.02	Estaduais	1	5
7.08.02.03	Municipais	26.786	24.169
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	65.739	59.668
7.08.03.01	Juros	13.082	8.117
7.08.03.02	Aluguéis	52.657	51.551
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36.651	33.558
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36.651	33.558



RESULTADOS DO 2T11

Direto ao Ponto: Transparência, Fundamentos e Resultados.

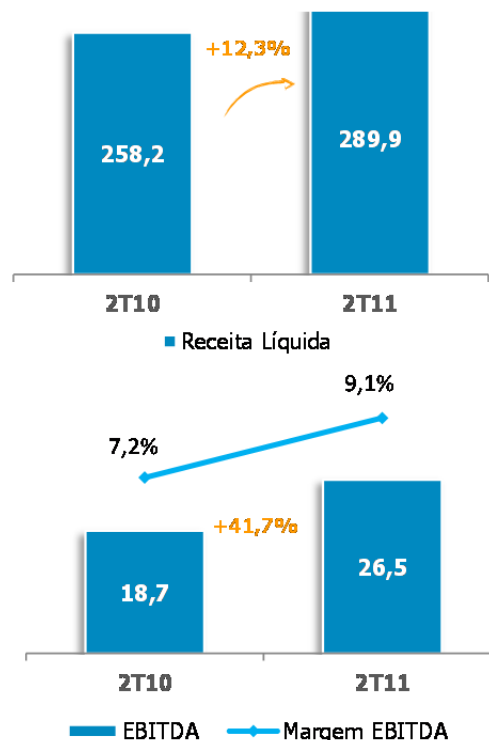
EBITDA recorrente de R\$26,5 milhões no 2T11,
margem EBITDA recorrente de 9,1%, ganho de 1,9 p.p. sobre o 2T10.

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 2011 – A **Estácio Participações S.A.** – “Estácio” ou “Companhia” (BM&FBovespa: ESTC3; Bloomberg: ESTC3.BZ; Reuters: ESTC3.SA) – comunica seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11) em comparação ao mesmo período do ano anterior (2T10). As seguintes informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas seguindo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) em bases consolidadas.

Destaques do Resultado

- ◆ A Estácio encerrou o 2T11 com uma **base total** de 238,7 mil alunos (11,1% acima do 2T10), dos quais 204,7 mil matriculados em cursos **presenciais** e 34,0 mil em cursos de **ensino a distância** (EAD).
- ◆ A **receita operacional líquida** totalizou R\$289,9 milhões no 2T11, um aumento de 12,3% em relação ao ano anterior, resultado principalmente do aumento de 11,1% na base total de alunos.
- ◆ O **EBITDA** recorrente consolidado atingiu R\$26,5 milhões, aumento de 41,7% e um ganho de 1,9 pontos percentuais de margem em relação ao 2T10.
- ◆ O **lucro líquido** recorrente somou R\$11,4 milhões no 2T11, um aumento de 15,2% em relação ao mesmo período de 2010.
- ◆ Os **investimentos (CAPEX e Aquisições)** totalizaram R\$68,8 milhões, dos quais R\$33,8 milhões referentes a Aquisições.
- ◆ Ao final do 2T11, a Estácio contava com uma posição de **caixa e disponibilidades** de R\$68,2 milhões, após pagamento de dividendos no valor de R\$38,3 milhões.

Destaque do Trimestre (R\$ milhões)



ESTC3

(Em 10/08/2011)

Cotação: R\$16,05/ ação

Quantidade de Ações: 82.251.937

Valor de Mercado: R\$1,3 bilhão

Free Float: 77%

Contatos de RI:

Rogério Melzi

Flávia de Oliveira

+55 (21) 3311-9789

ri@estacioparticipacoes.com

CFO

Gerente de RI



**ESTC3
NOVO
MERCADO**
BM&FBovespa



Divulgação de Resultados 2T11

Principais Indicadores do Trimestre

Indicadores Financeiros	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	2T10	2T11	Variação	2T10	2T11	Variação
Receita Líquida (R\$ milhões)	258,2	289,9	12,3 %	258,2	277,2	7,4 %
Lucro Bruto Recorrente (R\$ milhões)	72,4	87,9	21,4 %	72,4	84,1	16,2 %
Margem Bruta Recorrente	28,0%	30,3%	2,3 p.p.	28,0%	30,3%	2,3 p.p.
EBIT Recorrente	11,0	17,1	55,5 %	11,0	16,4	49,1 %
Margem EBIT Recorrente	4,3%	5,9%	1,6 p.p.	4,3%	5,9%	1,6 p.p.
EBITDA Recorrente (R\$ milhões)	18,7	26,5	41,7 %	18,7	25,6	36,9 %
Margem EBITDA Recorrente	7,2%	9,1%	1,9 p.p.	7,2%	9,2%	2,0 p.p.
Lucro Líquido Recorrente (R\$ milhões)	9,9	11,4	15,2 %	9,9	11,0	11,1 %
Margem Líquida Recorrente	3,9%	3,9%	0,0 p.p.	3,9%	4,0%	0,1 p.p.

Mensagem da Administração

Enquanto observamos a deterioração do cenário internacional nos últimos meses e os desdobramentos críticos na Bolsa de Valores, particularmente no segmento de Educação, a Estácio vive o seu melhor momento nos últimos anos. Retomamos o crescimento orgânico da base presencial, concluímos novas aquisições, obtivemos uma série de aprovações de cursos novos, passamos por visitas *in loco* com notas excelentes, lançamos dois *greenfields*, e preparamos o lançamento dos *tablets* para o segundo semestre de 2011 para nossos alunos de Direito no Rio de Janeiro e Espírito Santo. Aqui respiramos energia, trabalhamos com a moral muito alta, e temos a certeza que prosseguimos no caminho certo, o mesmo que traçamos há 3 anos atrás, no início dessa nova fase da Estácio.

Antes de avançarmos no detalhamento de nossos resultados, gostaríamos de registrar que recebemos de bom grado a demanda dos investidores e analistas por maior transparência nas informações contábeis e financeiras disponibilizadas pelas Companhias de capital aberto. Ao longo de nosso relatório, apresentamos de forma clara e detalhada indicadores chave para a mensuração de nosso real desempenho como empresa de educação de ensino superior, entre eles:

- **Recebíveis:** análise da evolução do contas a receber e dias de recebíveis, *aging* de recebíveis, *aging* de acordos, e devida reconciliação do saldo de PDD no balanço patrimonial com os valores despesados. Ressaltamos que nossa PDD não é “estimada pelo Management”, mas sim o resultado direto e mecânico do envelhecimento do nosso contas a receber;
- **Aquisições:** análise de nosso desempenho no conceito *same shops*, segregando o efeito de aquisições de empresas dentro de um mesmo ano e, ao mesmo tempo, prestando contas sobre o desempenho específico das aquisições aprovadas em Assembleias Gerais de Acionistas (“AGE”);
- **Itens não recorrentes:** detalhamos a natureza de cada item que acreditamos terem razões específicas para ter acontecido somente naquele momento bem como sua justificativa; e
- **Endividamento:** agora que voltamos a fazer aquisições e parte destas são financiadas via compromissos a pagar com os vendedores, incluímos tais saldos no cálculo de nosso endividamento. Da mesma forma, todo e qualquer saldo de Impostos parcelados a médio e longo prazos.

Dito isso, vamos aos resultados. Nosso EBITDA recorrente consolidado totalizou R\$26,5 milhões no 2T11, o que representa um crescimento de 41,7% sobre o mesmo período em 2010. Apesar de ainda sofrermos o aumento escalonado da alíquota do INSS sobre a nossa folha de pagamento e de fecharmos o trimestre com uma base de alunos presenciais ex-aquisições praticamente igual ao ano anterior (ou seja, sem ganho de volume), nossa



Divulgação de Resultados 2T11

margem EBITDA recorrente consolidada do 2T11 cresceu 1,9 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Para nós, entregar tamanho crescimento com ganho de margem relevante é motivo de muito orgulho para toda a equipe.

Ressaltamos que tal cenário começou a mudar a partir do momento em que todo o esforço realizado ao longo de três anos de reestruturação, desde a limpeza da nossa base de alunos em 2008 e a mudança das regras para concessão de crédito até o completo redesenho do nosso produto, o lançamento do nosso EAD, e a montagem da nossa Força Comercial, resultou em duas captações recordes seguidas nos dois últimos semestres. Com isso, apesar de cada vez adotarmos políticas de crédito mais restritivas, voltamos a igualar nossa base presencial orgânica de um ano atrás, e seguimos firme para voltar a crescer a partir do 2º semestre. Ao final do 1S11, nossa base de alunos de graduação presencial já apresentou um crescimento de 4,9% em relação ao final de 2010.

Gráfico 1 – Base de alunos graduação presencial



Gráfico: Base de alunos graduações presenciais excluindo aquisições do 1S11.

Gráfico 2 – Base de alunos EAD

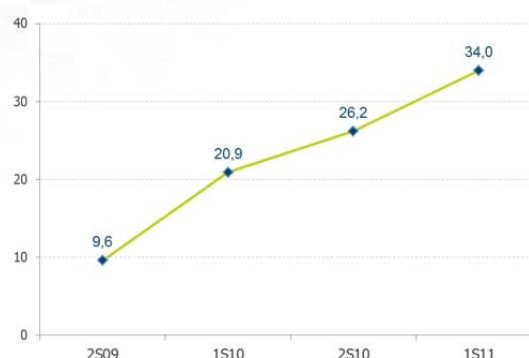


Gráfico: Base de alunos graduação e pós-graduação EAD.

A fim de ampliar ainda mais essa tendência de crescimento orgânico, temos dispensado bastante atenção e esforços à nossa “esteira de cursos”, com o objetivo de continuar capturando as oportunidades do mercado brasileiro, tão demandante de mão de obra qualificada. A Estácio protocolou junto ao MEC a abertura de mais de 1.000 novos cursos-município. Desse total, 42 cursos presenciais já foram autorizados pelo MEC, representando um total de 5.040 novas vagas (com lançamento previsto durante 2012), e 124 cursos, também presenciais, estão em fase de aprovação, representando um total de 14.880 novas vagas.

Nossa operação de Ensino a Distância, tão importante para a manutenção do nosso ritmo de crescimento, recuperou o passo ao longo do 2T11 e apresentou um aumento de 11,4% no número de alunos captados em relação ao mesmo período do ano anterior. Melhoramos nossa estrutura de tutoria e assistência online aos alunos e temos agora 34,0 mil alunos do segmento estudando com mais apoio e responsividade de nossos professores.

Com tudo isso, nossa receita aumentou 12,3% no consolidado e 7,4% no conceito *same shops*. Nesse contexto, nosso modelo de gestão pautado em centralização, escala e padronização, começa a dar resultados concretos, uma vez que há uma diluição natural de custos e despesas fixos. Em paralelo, o avanço da implantação do nosso modelo de ensino pelas nossas Unidades, a crescente eficiência nas atividades ligadas ao planejamento acadêmico e a melhor gestão dos nossos ativos começam a gerar resultados nas rubricas de Custos. Com isso, voltamos a apresentar crescimento orgânico com ganho de receita, EBITDA, e margem EBITDA.

Todas as nossas aquisições (Atual, FAL, FATERN, Academia do Concurso) foram aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas, que conheceram os detalhes de seus *business plans* e nos apoiaram para seguir em frente e partir atrás das sinergias apontadas. Neste release, detalharemos os principais números das unidades adquiridas para



Divulgação de Resultados 2T11

que o mercado possa acompanhar o desempenho e o impacto em nosso consolidado, mas queremos destacar a performance da Atual e FATERN, que apresentaram margem EBITDA recorrente de 19,5% e 15,6%, respectivamente neste trimestre. Reforçamos que temos como base de avaliação das aquisições a taxa interna de retorno (TIR) do investimento, pois acreditamos que esta métrica leva em conta as perspectivas futuras e sinergias do negócio, e reafirmamos que toda aquisição feita pela Estácio tem os resultados que foram apresentados no seu *business plan* automaticamente incorporados às metas da empresa, cujo atingimento condiciona a remuneração variável dos executivos.

Fechamos o trimestre com um Caixa de R\$68,2 milhões. Ao longo do 2T11 pagamos dividendos de R\$38,3 milhões referentes ao exercício fiscal de 2010, porque acreditamos que além de remunerar os acionistas, a prática de pagar dividendos funciona como mais uma alavanca de disciplina financeira à gestão da Companhia. Investimos R\$68,8 milhões em CAPEX e Aquisições, dando sequência aos nossos projetos de crescimento. Conforme detalhado a seguir, operar com um caixa mais baixo tem aumentado de modo relevante a nossa atenção à gestão financeira e gerado uma série de ações importantes para a Empresa, entre as quais destacamos a decisão de iniciar uma sequência de projetos para nos levar à futura adoção do EVA (*Economic Value Added*) como métrica de desempenho da Estácio e vetor de avaliação e remuneração variável de nossos Executivos.

Nosso lucro líquido recorrente consolidado totalizou R\$11,4 milhões e R\$44,5 milhões no 2T11 e no 1S11, um aumento de 15,2% e 7,7% em relação ao 2T10 e ao 1S10, respectivamente.

Adicionamos também duas seções novas no final do relatório, conforme descrito abaixo:

- Principais Fatos Marcantes, onde detalhamos algumas conquistas operacionais e financeiras importantes para a nossa estratégia de crescimento e consolidação;
- Projetos de Sustentabilidade, descrevendo iniciativas de responsabilidade social da Companhia de ordem acadêmica e corporativa que cada vez mais fazem parte de nossa agenda institucional.

Com este relatório, esperamos compartilhar com nossos acionistas e com o mercado em geral, o nosso entusiasmo em relação às nossas conquistas recentes, o comprometimento e energia que temos para prosseguir operando com garra e foco em qualidade e resultado, e a certeza de estarmos trilhando um caminho rumo ao crescimento sustentável.

Base de Alunos

A Estácio encerrou o 2T11, com uma **base de alunos** de 238,7 mil (11,1% maior que no 2T10), dos quais 204,7 mil matriculados nos cursos presenciais e 34,0 mil nos cursos de ensino a distância, incluindo as aquisições da Atual, FAL e FATERN. Desconsiderando-se as aquisições realizadas em 2011, a base de alunos no conceito *same shops*, do 2T11 atingiu 228,7 mil alunos, 6,5% maior do que no 2T10.

Tabela 1 – Base de Alunos Total

Em mil	2T10	2T11	Var.
Presencial	193,9	194,7	0,4 %
Graduação	182,8	181,6	-0,7%
Pós-graduação	11,1	13,1	18,0%
EAD	20,9	34,0	62,7 %
Graduação	19,2	31,4	63,5%
Pós-graduação	1,7	2,6	52,9%
Base de Alunos Ex-Aquisições	214,8	228,7	6,5 %
Aquisições em 2011	-	10,0	N.A.
Base de Alunos Total - Final	214,8	238,7	11,1 %

Obs.: Aquisições em 2011 refere-se à base total de alunos da Atual, FAL e FATERN.



Divulgação de Resultados 2T11

Ao final do 2T11, a base de alunos de graduação da Estácio totalizava 191,6 mil alunos, 4,8% a mais do que o mesmo período do ano anterior. Descontando os alunos das adquiridas neste semestre (Atual, FAL e FATERN), a base de alunos de graduação teria sido de 181,6 mil alunos, aproximadamente a mesma do 2T10, evidenciando a retomada do crescimento da base após dois recordes seguidos de captação.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)

Em mil	2T10	2T11	Var.
Saldo Inicial de Alunos	190,3	193,7	1,8 %
(-) Alunos não enturmados	(1,8)	(3,3)	83,3%
Base Enturmada	188,5	190,4	1,0%
(-) Evasão	(5,7)	(8,8)	54,4%
Taxa de evasão	-3,0%	-4,6%	-1,6 p.p.
Base Final ex. aquisições	182,8	181,6	-0,7 %
(+) Aquisições	-	10,0	N.A.
Saldo Final de Alunos	182,8	191,6	4,8 %

Obs.: A linha Aquisições refere-se à base total de alunos de graduação presencial das empresas adquiridas em 2011 (Atual, FAL e FATERN).

No 2T11, os indicadores de evasão da Estácio foram maiores do que no 2T10. Para facilitar o entendimento e na linha da transparência, dividimos essa taxa de evasão em dois componentes: a evasão devido a não formação de turmas, e a evasão por abandono ou trancamento do aluno ao longo do semestre.

A forte captação no 1T11 nos permitiu ser mais restritivos na abertura de turmas para o semestre. Embora isso possa representar uma perda de receita no curto prazo, a formação de turmas maiores nos proporcionará um menor custo docente no futuro.

Já o aumento da evasão por motivo de abandono ou trancamento é um reflexo direto da maior captação nos dois últimos ciclos. Como a taxa de abandono é maior entre os alunos dos dois primeiros semestres, é natural que, com o aumento do mix de alunos em períodos iniciais depois de duas captações muito grandes, nossa taxa suba na margem. De fato, no 1T10, 36,4% da base de alunos estudavam em 1º e 2º semestres, enquanto, no 1T11, esse número subiu para 42,4%.

Já no EAD, nossa base de alunos de graduação cresceu 63,5% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 31,4 mil alunos, refletindo uma série de captações bem sucedidas e o lançamento de novos cursos.

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)

Em mil	2T10	2T11	Var.
Saldo Inicial de Alunos	14,9	28,2	89,3 %
(-) Evasão	(2,1)	(4,0)	90,5%
Taxa de evasão	-14,1%	-14,2%	-0,1 p.p.
Renovação	12,8	24,2	89,1 %
(+) Captação	6,4	7,2	12,5%
Saldo Final de Alunos	19,2	31,4	63,5 %



Divulgação de Resultados 2T11

Receita Operacional

No 2T11, a **receita operacional líquida** totalizou R\$289,9 milhões, um aumento de 12,3%, em função do crescimento de 11,1% na base de alunos; ex-aquisições, a **receita operacional líquida** somou R\$277,2 milhões, um aumento de 7,4% frente ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Receita Operacional Bruta	369,2	407,8	10,5 %	734,6	806,0	9,7 %
Mensalidades	364,8	399,5	9,5%	726,8	794,0	9,2%
Outras	4,4	8,3	88,6%	7,8	12,0	53,8%
Deduções da Receita Bruta	(111,0)	(117,9)	6,2 %	(220,4)	(240,3)	9,0 %
Descontos e Bolsas	(100,1)	(105,2)	5,1%	(198,8)	(216,3)	8,8%
Impostos	(10,8)	(12,7)	17,6%	(21,6)	(24,1)	11,6%
% Deduções / Receita Operacional Bruta	30,1%	28,9%	-1,2 p.p.	30,0%	29,8%	-0,2 p.p.
Receita Operacional Líquida	258,2	289,9	12,3 %	514,2	565,7	10,0 %

O **ticket médio presencial** do 2T11 somou R\$443,7, um crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo as aquisições realizadas no semestre, o ticket médio teve um aumento de 4,9%, refletindo nossa determinação e sucesso em repassar o ajuste inflacionário aos nossos preços.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio – Presencial

Em R\$ milhões*	2T10	2T11	Var.	2T11 ex-aquisições	Var.
Receita Bruta Presencial	354,2	382,1	7,9 %	366,1	3,4 %
Deduções Presencial	(106,9)	(109,6)	2,5%	(106,3)	-0,5%
Receita Líquida Presencial	247,3	272,5	10,2 %	259,8	5,1 %
Base de Alunos Presencial (Final) (mil)	194,5	204,7	5,2%	194,7	0,1%
Ticket Médio Presencial (R\$)	423,8	443,7	4,7 %	444,8	4,9 %

* A não ser quando especificado de forma diferente.

O **ticket médio EAD** somou R\$170,6, uma redução de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, em linha com o ticket apresentado no 1T11.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio – EAD

Em R\$ milhões*	2T10	2T11	Var.
Receita Bruta EAD	15,0	25,7	71,3 %
Deduções EAD	(4,1)	(8,3)	102,4%
Receita Líquida EAD	10,9	17,4	59,6 %
Base de Alunos EAD (Final) (mil)	20,9	34,0	62,7%
Ticket Médio EAD (R\$)	173,8	170,6	-1,9 %

* A não ser quando especificado de forma diferente.



Divulgação de Resultados 2T11

Custos dos Serviços Prestados

O custo caixa recorrente como percentual da receita líquida apresentou um ganho de eficiência de 2,2 p.p., em função principalmente da maior eficiência na gestão do custo docente (ganho de 2,5 p.p.), serviços de terceiros (ganho de 0,8 p.p.) e aluguéis, condomínios e IPTU (ganho de 0,5 p.p.), que mais do que compensaram o incremento do custo do material didático. Com o crescimento da receita na casa dos 12% (7% ex-aquisições), podemos demonstrar os efeitos da diluição de custos resultante da organização em torno da escalabilidade e centralização.

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Custo Caixa dos Serviços Prestados	(180,2)	(196,1)	8,8 %	(338,7)	(367,2)	8,4 %
Pessoal	(137,4)	(147,0)	7,0%	(258,1)	(279,6)	8,3%
Pessoal e encargos	(114,6)	(120,4)	5,1%	(214,8)	(228,3)	6,3%
INSS	(22,7)	(26,6)	17,2%	(43,4)	(51,4)	18,4%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(24,3)	(25,8)	6,2%	(47,9)	(50,9)	6,3%
Material didático	(4,3)	(9,6)	123,3%	(6,5)	(12,7)	95,4%
Serviços de terceiros e outros	(14,2)	(13,7)	-3,5%	(26,2)	(24,0)	-8,4%

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

% em relação à receita operacional líquida	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Custo Caixa dos Serviços Prestados	-69,8 %	-67,6 %	2,2 p.p.	-65,9 %	-64,9 %	1,0 p.p.
Pessoal	-53,2%	-50,7%	2,5 p.p.	-50,2%	-49,4%	0,8 p.p.
Pessoal e encargos	-44,4%	-41,5%	2,9 p.p.	-41,8%	-40,4%	1,4 p.p.
INSS	-8,8%	-9,2%	-0,4 p.p.	-8,4%	-9,1%	-0,7 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-9,4%	-8,9%	0,5 p.p.	-9,3%	-9,0%	0,3 p.p.
Material didático	-1,7%	-3,3%	-1,6 p.p.	-1,3%	-2,2%	-0,9 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-5,5%	-4,7%	0,8 p.p.	-5,1%	-4,2%	0,9 p.p.

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Custo Caixa dos Serviços Prestados	(180,2)	(196,1)	8,8 %	(338,7)	(367,2)	8,4 %
(+) Depreciação	(5,7)	(5,8)	1,8%	(11,2)	(11,3)	0,9%
(+) Custos não recorrentes	(0,1)	(1,4)	1300,0%	(4,6)	(4,9)	6,5%
Custos dos Serviços Prestados	(186,0)	(203,3)	9,3 %	(354,5)	(383,4)	8,2 %

Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Receita operacional líquida	258,2	289,9	12,3%	514,2	565,7	10,0%
Custos dos serviços prestados	(186,0)	(203,3)	9,3%	(354,5)	(383,4)	8,2%
Lucro Bruto	72,2	86,5	19,8 %	159,7	182,4	14,2 %
(-) Custos não recorrentes	0,2	1,4	600,0%	4,6	4,7	2,2%
(-) Depreciação	5,7	5,8	1,8%	11,2	11,3	0,9%
Lucro Bruto Caixa Recorrente	78,1	93,7	20,0 %	175,5	198,4	13,0 %
<i>Margem Bruta Caixa Recorrente</i>	<i>30,2%</i>	<i>32,3%</i>	<i>2,1 p.p.</i>	<i>34,1%</i>	<i>35,1%</i>	<i>1,0 p.p.</i>



Divulgação de Resultados 2T11

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram um ganho de eficiência de 2,0 p.p., em relação ao 2T10, devido principalmente ao ganho de 1,0 p.p. na linha de pessoal e de 0,8 p.p. em serviços de terceiros. Novamente aqui temos o benefício da escala, uma vez que não há necessidade de ampliar a estrutura administrativa corporativa em decorrência do aumento da base de alunos e da receita. No modelo da Estácio, mais receita significa mais margem.

As **despesas comerciais** representaram 11,0% da receita líquida no 2T11, 1,0 p.p. maior que o 2T10, em função de maiores gastos com campanhas publicitárias. O aumento nas despesas com publicidade reflete a mesma estratégia destacada no trimestre anterior, pois na medida em que avançamos em ganhos de eficiência em G&A, aplicamos parte desse ganho no maior esforço comercial e de marketing, mostrando para nosso público alvo os nossos diferenciais de produtos e serviços.

Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Despesas Caixa - Comerciais, Gerais e Administrativas	(63,4)	(68,4)	7,9 %	(124,3)	(131,1)	5,5 %
Despesas Comerciais	(25,7)	(31,8)	23,7 %	(50,1)	(60,8)	21,4 %
PDD	(15,1)	(17,5)	15,9%	(20,1)	(22,8)	13,4%
Publicidade	(10,6)	(14,3)	34,9%	(30,0)	(38,0)	26,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(37,7)	(36,6)	-2,9 %	(74,2)	(70,3)	-5,3 %
Pessoal	(17,1)	(16,2)	-5,3%	(33,0)	(31,5)	-4,5%
Pessoal e encargos	(14,0)	(13,8)	-1,4%	(27,4)	(25,7)	-6,2%
INSS	(3,1)	(2,3)	-25,8%	(5,6)	(5,9)	5,4%
Outros	(20,6)	(20,4)	-1,0%	(41,2)	(38,8)	-5,8%
Serviços de terceiros	(9,4)	(8,3)	-11,7%	(22,2)	(18,5)	-16,7%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(0,7)	(0,3)	-57,1%	(1,6)	(1,4)	-12,5%
Material de consumo	(0,3)	(0,4)	33,3%	(0,7)	(0,8)	14,3%
Manutenção e reparos	(0,1)	-	N.A.	(0,3)	-	N.A.
Provisão para contingências	(2,3)	(0,5)	-78,3%	(2,3)	2,7	N.A.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3,4	2,3	-32,4%	5,0	4,1	-18,0%
Outras	(11,2)	(13,2)	17,9%	(19,1)	(24,9)	30,4%

Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

% em relação à receita operacional líquida	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Despesas Caixa - Comerciais, Gerais e Administrativas	-24,6 %	-23,6 %	1,0 p.p.	-24,2 %	-23,2 %	1,0 p.p.
Despesas Comerciais	-10,0 %	-11,0 %	-1,0 p.p.	-9,7 %	-10,7 %	-1,0 p.p.
PDD	-5,8%	-6,0%	-0,2 p.p.	-3,9%	-4,0%	-0,1 p.p.
Publicidade	-4,1%	-4,9%	-0,8 p.p.	-5,8%	-6,7%	-0,9 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-14,6 %	-12,6 %	2,0 p.p.	-14,4 %	-12,4 %	2,0 p.p.
Pessoal	-6,6%	-5,6%	1,0 p.p.	-6,4%	-5,6%	0,8 p.p.
Pessoal e encargos	-5,4%	-4,8%	0,7 p.p.	-5,3%	-4,5%	0,8 p.p.
INSS	-1,2%	-0,8%	0,4 p.p.	-1,1%	-1,0%	0,1 p.p.
Outros	-8,0%	-7,0%	1,0 p.p.	-8,0%	-6,9%	1,1 p.p.
Serviços de terceiros	-3,6%	-2,9%	0,8 p.p.	-4,3%	-3,3%	1,0 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-0,3%	-0,1%	0,2 p.p.	-0,3%	-0,2%	0,1 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Manutenção e reparos	0,0%	0,0%	0,0 p.p.	-0,1%	0,0%	0,1 p.p.
Provisão para contingências	-0,9%	-0,2%	0,7 p.p.	-0,4%	0,5%	0,9 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,3%	0,8%	-0,5 p.p.	1,0%	0,7%	-0,3 p.p.
Outras	-4,3%	-4,6%	-0,2 p.p.	-3,7%	-4,4%	-0,7 p.p.



Divulgação de Resultados 2T11

Tabela 13 – Reconciliação das Despesas

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Despesas Caixa - Comerciais, Gerais e Administrativas	(63,4)	(68,4)	7,9 %	(124,3)	(131,1)	5,5 %
(+) Depreciação	(2,0)	(3,5)	75,0%	(3,9)	(7,2)	84,6%
(+) Despesas não recorrentes	(1,8)	(2,1)	16,7%	(3,2)	(3,2)	0,0%
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(67,2)	(74,0)	10,1 %	(131,4)	(141,5)	7,7 %

Já o resultado da PDD, que se manteve praticamente em linha com 2010 em termos de percentual sobre a receita líquida, reflete uma crescente organização e ganho de eficiência no sistema de gestão de recebíveis da Estácio. Se por um lado é fato que a inadimplência tem aumentado (vide item “Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento”), por outro lado a Empresa nunca teve tantas iniciativas para lidar com essa situação. Nesse trimestre a régua de inadimplência (cobrança proativa dos alunos atuais) foi amplamente utilizada, os alunos com histórico de atrasos e reincidências passaram a ser negativados e assessorias de cobrança foram largamente utilizadas. A Estácio também desenvolveu um sistema de *Business Intelligence* para controlar o nível de inadimplência (permitindo o acompanhamento por curso, campus e turno), combinado com o lançamento de metas de PDD específicas para cada unidade (atrelado a uma meta de bônus para o Gerente Administrativo local) e manteve a mão firme nos critérios de renegociação e concessão de crédito.

A oferta do FIES foi incentivada, ampliando a base de 4,7 mil alunos no 2T10 para 10,2 mil alunos no 2T11. A Estácio também trabalhou no lançamento do plano de financiamento “PraValer” com o Itaú e a Ideal Invest e começou a fazer uso gradual de uma ferramenta de financiamento de mais longo prazo com o Itaú, visando tratar alunos com dívidas de maior porte.

Neste trimestre também foi realizada uma grande campanha intitulada “Agora Vai”, envolvendo várias áreas da Estácio (Financeira, Operações, Marketing), com o objetivo de recuperar os alunos inadimplentes e motivá-los a reabrir matrículas utilizando de preferência o FIES para financiar seus estudos.

Em suma, embora haja realmente uma leve piora no cenário de inadimplência, como se percebe pelos relatórios dos principais bancos operando no Brasil, o time da Estácio não está parado vendo as coisas acontecerem e acredita que com esse conjunto de ações poderá compensar uma eventual piora no cenário geral de mercado. Mais comentários a respeito no item recebíveis abaixo.



Divulgação de Resultados 2T11

EBITDA

O **EBITDA recorrente** do 2T11 somou R\$26,5 milhões e a **margem EBITDA** totalizou 9,1%, um aumento de 1,9 p.p. em relação ao 2T10, principalmente em razão da melhor gestão dos custos e despesas com pessoal que compensaram o escalonamento do INSS, o aumento nos custos com material didático e despesas de marketing.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Receita Operacional Líquida	258,2	289,9	12,3 %	514,2	565,7	10,0 %
(-) Custo Caixa dos Serviços Prestados	(180,2)	(196,1)	8,8%	(338,7)	(367,2)	8,4%
(-) Despesas Caixa Comerciais, Gerais e Administrativas	(63,4)	(68,4)	7,9%	(124,3)	(131,1)	5,5%
(+) Resultado financeiro operacional	3,8	1,1	-71,1%	7,2	6,9	-4,2%
EBITDA recorrente	18,7	26,5	41,7 %	58,4	74,3	27,2 %
<i>Margem EBITDA recorrente</i>	<i>7,2%</i>	<i>9,1%</i>	<i>1,9 p.p.</i>	<i>11,4%</i>	<i>13,1%</i>	<i>1,8 p.p.</i>
(-) Depreciação e Amortização	(7,7)	(9,3)	20,8%	(15,1)	(18,5)	22,5%
EBIT recorrente	11,0	17,1	55,5 %	43,3	55,8	28,9 %
<i>Margem EBIT recorrente</i>	<i>4,3%</i>	<i>5,9%</i>	<i>1,6 p.p.</i>	<i>8,4%</i>	<i>9,9%</i>	<i>1,5 p.p.</i>

No conceito *same shops*, o **EBITDA recorrente** do 2T11 somou R\$25,6 milhões e a **margem EBITDA** totalizou 9,2%, um aumento de 2,0 p.p. em relação ao 2T10.

Tabela 15 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – No conceito *same shops*

Em R\$ milhões	2T10	2T11 ex-aquisições	Variação	1S10	1S11 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	258,2	277,2	7,4 %	514,2	548,5	6,7 %
(-) Custo Caixa dos Serviços Prestados	(180,2)	(187,5)	4,1%	(338,7)	(355,2)	4,9%
(-) Despesas Caixa Comerciais, Gerais e Administrativas	(63,4)	(64,8)	2,2%	(124,3)	(127,1)	2,3%
(+) Resultado financeiro operacional	3,8	1,0	-73,7%	7,2	6,9	-4,2%
EBITDA recorrente	18,7	25,6	36,9 %	58,4	73,0	25,1 %
<i>Margem EBITDA recorrente</i>	<i>7,2%</i>	<i>9,2%</i>	<i>2,0 p.p.</i>	<i>11,4%</i>	<i>13,3%</i>	<i>1,9 p.p.</i>
(-) Depreciação e Amortização	(7,7)	(9,2)	19,5%	(15,1)	(18,3)	21,2%
EBIT recorrente	11,0	16,4	49,1 %	43,3	54,7	26,3 %
<i>Margem EBIT recorrente</i>	<i>4,3%</i>	<i>5,9%</i>	<i>1,6 p.p.</i>	<i>8,4%</i>	<i>10,0%</i>	<i>1,6 p.p.</i>



Divulgação de Resultados 2T11

Itens Não Recorrentes

Tabela 16 – Detalhamento dos Itens Não Recorrentes

Em R\$ Milhões	2T10 consolidado	2T11 consolidado	2T11 Estácio	2T11 Adquiridas
Custo	(0,2)	(1,4)	(0,8)	(0,5)
Pessoal	(0,2)	(1,1)	(0,8)	(0,3)
Outros	-	(0,2)	-	(0,2)
Despesa	(1,8)	(2,2)	(1,7)	(0,4)
Pessoal	(0,9)	(0,4)	(0,4)	(0,0)
M&A	-	(1,4)	(1,4)	-
Outras	(0,9)	(0,4)	-	(0,4)
Total	(2,0)	(3,5)	(2,5)	(1,0)

Os itens não recorrentes apresentados no 2T11 no valor de R\$3,5 milhões são referentes a:

- (i) Processos de centralização e redução de *headcount* em caráter definitivo, resultando em despesas com rescisão de contratos de trabalho na ordem de R\$1,2 milhão (R\$0,8 milhão nas estruturas de apoio das unidades e R\$0,4 milhão no corporativo);
- (ii) Despesas com aquisições (M&A) de R\$1,4 milhão referentes a *fees* com consultores e despesas com diligências contábeis e legais, bem como despesas com integração de sistemas referentes às quatro aquisições ocorridas em 2011;
- (iii) Despesas ocorridas com reestruturação das adquiridas na ordem de R\$0,9 milhão, sendo R\$0,5 milhão em custos e R\$0,4 milhão em despesas.

Nos próximos ciclos as despesas não recorrentes deverão apresentar queda em relação ao histórico, exceto para as despesas ligadas às aquisições de novas unidades. Já nessa tendência, foram verificadas despesas não recorrentes de R\$1,1 milhão no 2T11, 40% abaixo dos R\$2,0 milhões no 2T10 (excluindo despesas com aquisições em ambos os períodos).



Divulgação de Resultados 2T11

Empresas Adquiridas

A partir deste trimestre, será apresentado um quadro com os principais resultados das unidades adquiridas desde o início de 2011. Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a sua aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*.

Tabela 17 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas

Em R\$ milhões	Atual	FAL	FATERN	FABEC	Academia do Concurso
Receita Líquida	4,8	2,2	3,1	0,4	2,2
Lucro Bruto Recorrente	1,5	0,4	1,1	0,1	0,7
<i>Margem Bruta Recorrente</i>	<i>31,4%</i>	<i>18,7%</i>	<i>36,0%</i>	<i>16,4%</i>	<i>34,4%</i>
EBITDA Recorrente	0,9	-0,1	0,5	0,0	-0,5
<i>Margem EBITDA Recorrente</i>	<i>19,5%</i>	<i>-5,9%</i>	<i>15,6%</i>	<i>11,9%</i>	<i>-21,8%</i>
Lucro Líquido Recorrente	0,9	-0,2	0,3	0,0	-0,5
<i>Margem Líquida Recorrente</i>	<i>17,8%</i>	<i>-8,5%</i>	<i>8,4%</i>	<i>11,9%</i>	<i>-24,0%</i>

No 2T11, as adquiridas Atual (na cidade de Boa Vista em Roraima) e FATERN (na cidade de Natal no Rio Grande do Norte) apresentaram margem EBITDA recorrente positiva, de 19,5% e 15,6%, respectivamente. A Atual, que está em fase mais adiantada de integração, já implantará o novo modelo de ensino a partir do 2S11. A unidade também está bem integrada ao modelo de gestão, de modo que a Companhia acredita que vá entregar um resultado bem acima do *business plan* original aprovado em AGE. Já a FATERN, embora mais atrasada no processo de integração (com entrada do modelo de ensino prevista para o 1S12), apresentou um sólido processo de captação e apresenta margens operacionais razoáveis para um período de integração.

Por outro lado, a FAL (na cidade de Natal no Rio Grande do Norte) e a Academia do Concurso apresentaram margem EBITDA recorrente negativa nesse primeiro trimestre.

A FAL, ao contrário da FATERN, trabalha com um sistema de entradas de alunos que faz com que a margem melhore ao longo do ano, o que deverá ocorrer no 2S11. A unidade já está em integração, com a implantação do “Núcleo Natal”, visando reunir e criar sinergias das duas aquisições com a operação já existente da Estácio na cidade, e deverá passar por diversas melhorias operacionais até chegar à implantação do novo modelo de ensino no 1S12.

A Academia do Concurso apresentou um EBITDA recorrente negativo de R\$0,5 milhão no 2T11. Embora abaixo do previsto no seu plano de negócios (*business plan*), a nova unidade já vem adotando uma série de medidas que visam colocá-la em linha com o plano, como por exemplo:

- (i) integração total de sua estrutura de apoio às da Estácio visando reduzir custos com aluguéis e serviços prestados e liberando espaços para mais salas de aula e maior oferta de cursos;
- (ii) a entrada do modelo de gestão via “Orçamento Matricial e Orçamento Base Zero”; e
- (iii) a aceleração da integração de processos com a CSC, incluindo SAP, folha de pagamentos e outros.

Em paralelo à melhoria dos processos da parte presencial do negócio, foi dado início ao desenvolvimento da plataforma de EAD e também a rede de franqueados para a futura expansão das atividades da Academia em nível nacional.



Divulgação de Resultados 2T11

Resultado Financeiro

Tabela 18 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
Receitas Financeiras	7,7	3,3	-57,1%	15,0	12,7	-15,3%
Multas e juros recebidos por atraso	3,8	1,1	-71,1%	7,2	6,9	-4,2%
Rendimentos de aplicações financeiras	3,6	1,8	-50,0%	7,2	5,0	-30,6%
Outras	0,3	0,4	33,3%	0,6	0,8	33,3%
Despesas Financeiras	(3,7)	(5,3)	43,2%	(8,0)	(13,1)	63,8%
Despesas bancárias	(1,0)	(1,2)	20,0%	(2,3)	(2,3)	0,0%
Juros e encargos financeiros	(0,1)	(1,3)	1200,0%	(0,5)	(1,8)	260,0%
Perdão da dívida	-	-	N.A.	-	(3,3)	N.A.
Descontos Financeiros	(1,2)	(2,3)	91,7%	(2,9)	(3,9)	34,5%
Outras	(1,4)	(0,5)	-64,3%	(2,3)	(1,8)	-22,9%
Resultado Financeiro	4,0	(2,0)	N.A.	7,0	(0,4)	N.A.

No 2T11 o **resultado financeiro** ficou negativo em R\$2,0 milhões, em razão da redução de R\$4,4 milhões nas receitas financeiras, dos quais R\$2,7 milhões na linha de multa e juros recebidos por atraso e R\$1,8 milhão nos rendimentos de aplicações financeiras, em função da redução do volume de caixa da Companhia. A linha de multa de juros recebidos por atraso apresentou uma redução temporal no 2T11, por ter sido concentrada no 1T11, porém manteve-se em linha com o ano anterior ao longo do semestre.

Além da redução na receita, contribuíram para a redução do resultado financeiro os seguintes aumentos nas despesas financeiras: (i) R\$1,2 milhão em juros e encargos financeiros e (ii) R\$1,1 milhão em descontos financeiros.

Lucro Líquido

Tabela 19 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
EBITDA Recorrente	18,7	26,5	41,7%	58,4	74,3	27,2%
Resultado financeiro	4,0	(2,1)	N.A.	6,9	(0,4)	-105,8%
Depreciação e amortização	(7,7)	(9,3)	20,8%	(15,1)	(18,5)	22,5%
Resultado das atividades não continuadas	(1,1)	(0,2)	-81,8%	(1,1)	-	N.A.
Contribuição social	-	(0,6)	N.A.	(0,2)	(1,0)	400,0%
Imposto de renda	(0,1)	(1,7)	1600,0%	(0,4)	(2,9)	625,0%
(-) Resultado financeiro operacional	(3,8)	(1,1)	-71,1%	(7,2)	(6,9)	-4,2%
Lucro Líquido Recorrente	9,9	11,4	15,2%	41,3	44,5	7,7%
(-) Custos e despesas não recorrentes	(2,0)	(3,5)	75,0%	(7,7)	(7,9)	2,6%
Lucro Líquido	7,9	7,9	0,0%	33,6	36,7	9,2%

O **lucro líquido recorrente** da Estácio totalizou R\$11,4 milhões no 2T11, contra R\$9,9 milhões no 2T10. O aumento de 15,2% do lucro líquido recorrente é explicado pelo aumento de 41,7% no EBITDA recorrente, que foi compensado pela redução no resultado financeiro (acima referida), pelo aumento de R\$1,6 milhão em depreciação e amortização (devido ao maior CAPEX) e pelo aumento de R\$2,2 milhões nas linhas de imposto de renda e contribuição social (devido à redução do IR e CS diferido ativo).



Divulgação de Resultados 2T11

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos** (mensalidades e acordos) ficou em 60 dias no 2T11. Excluindo as empresas adquiridas, o número cai para 59 dias, contra 55 no final do 1T11 e 51 no final do 2T10.

Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	2T10	3T10	4T10	1T11	2T11	2T11 ex. aquisições
Contas a Receber Bruto	252,3	264,1	210,9	234,4	273,1	250,4
FIES	5,4	17,5	15,3	21,2	25,4	25,6
Mensalidades de alunos	215,3	190,4	157,4	164,6	198,7	178,1
Cartões a receber	6,0	11,8	6,9	12,8	10,8	10,2
Acordos a receber	23,9	41,5	26,9	31,7	32,4	30,8
Taxas a receber	1,8	2,9	4,4	4,1	5,7	5,7
Créditos a identificar	(2,4)	(7,8)	(9,2)	(5,5)	(6,8)	(7,4)
Saldo PDD	(102,2)	(107,3)	(45,4)	(49,9)	(55,8)	(44,6)
Contas a Receber Líquido	147,7	148,9	156,4	179,0	210,5	198,4
(-) FIES	(5,4)	(17,5)	(15,3)	(21,2)	(25,4)	(25,6)
Contas a Receber Líquido Ex. FIES	142,4	131,5	141,1	157,8	185,0	172,8
Receita Líquida (Últimos 12 meses)*	1.010,0	1.008,1	1.016,2	1.036,0	1.119,3	1.050,5
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES	51	47	50	55	60	59

* A receita líquida das empresas adquiridas que passaram a integrar o consolidado no 2T11 foi anualizada para cálculo do Dia do Contas a Receber Líquido.

O **contas a receber FIES**, que apresentou um aumento de R\$4,2 milhões no trimestre, é composto pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizados pela Estácio para pagamento de impostos federais, ou seja, representam créditos fiscais sem qualquer risco de inadimplência. Além dos créditos no contas a receber, temos no balanço mais R\$18,2 milhões já convertidos em certificados aguardando utilização ou recompra.

Os aumentos na rubrica **mensalidades de alunos no contas a receber** e no **prazo médio de recebimento** refletem um cenário de maior inadimplência dos alunos. Como é sabido de modo geral, uma vez matriculado o aluno tem o direito de concluir o seu semestre, mesmo que não pague as suas mensalidades. Por isso, é normal que os indicadores de inadimplência subam um pouco ao longo do semestre, até que o aluno necessite renovar a sua matrícula e renegocie as suas dívidas dentro dos critérios adotados pela Companhia, o que ocorre no máximo a cada 180 dias. Daí, a propósito, a política de provisionar créditos vencidos há mais de 180 dias. Ou seja, recebível vencido e não renegociado há mais de 180 dias é um crédito contra um ex-aluno, sem matrícula renovada. Por isso, entendemos que tais créditos devam ser provisionados no resultado.

Dessa forma, é fundamental ressaltar aqui que a política de provisão de devedores duvidosos da Estácio não é baseada em estimativas ou julgamentos subjetivos, e sim na inadimplência real: de forma clara e simples, cada R\$1 vencido há mais de 180 dias é provisionado, o que pode ser comprovado pela tabela abaixo, quando comparada com o Saldo da PDD da Tabela 20.



Divulgação de Resultados 2T11

Tabela 21 – *Aging* do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	2T10	%	2T11	%
FIES	5,4	2%	25,4	9%
A vencer	32,9	13%	62,4	23%
Vencidas até 30 dias	28,6	11%	35,9	13%
Vencidas de 31 a 60 dias	23,4	9%	27,9	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	22,6	9%	27,9	11%
Vencidas de 91 a 179 dias	38,6	15%	37,8	14%
Vencidas há mais de 180 dias	100,8	40%	55,8	20%
TOTAL	252,3	100 %	273,1	100 %

Nesse contexto, se todas as ações para reduzir a provisão para devedores duvidosos da Estácio (listadas na seção “Despesas Gerais e Administrativas”) não forem suficientes para conter o eventual aumento da inadimplência decorrente do cenário externo, o método de provisionamento automaticamente capturará essa diferença e gradualmente levará a resultado de modo que não haja riscos de postergação de futuros *write-offs*.

Falando em Acordos, ou seja, mensalidades vencidas e renegociadas, sempre existe a tentação comercial de maximizar índices de renovações de matrículas através de uma política concessiva de renegociações. Buscamos o equilíbrio entre o interesse comercial focado em base de alunos e a saúde financeira da nossa carteira de recebíveis. Isso pode ser verificado na tabela abaixo, que indica que acordos representam apenas 15% do total de recebíveis. Além disso, analisando o *aging* dos Acordos é crucial monitorar o percentual de títulos já vencidos há mais de 60 dias. Na Estácio, apenas 21% dos Acordos se encontram nessa situação.

Tabela 22 – *Aging* dos Acordos a Receber

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	2T10	%	2T11	%
A vencer	13,3	56%	19,1	59%
Vencidas até 30 dias	2,6	11%	4,8	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	1,0	4%	1,5	5%
Vencidas de 61 a 90 dias	1,0	4%	1,4	4%
Vencidas de 91 a 179 dias	2,8	12%	2,4	8%
Vencidas há mais de 180 dias	3,3	14%	3,1	10%
TOTAL	23,9	100 %	32,4	100 %
% sobre o Contas a Receber Líquido	16 %		15 %	

A fim de facilitar a compreensão, reproduzimos a seguir a tabela apresentada nas Notas Explicativas do ITR, que explica o passo-a-passo de como é constituída a provisão a cada período. No caso das tabelas a seguir, a reconciliação apresenta os números do período de seis meses findos em 30/06/2011.

Primeiro, explicamos como chegamos à provisão que transita em resultado. Partindo do total de recebíveis que chegam à faixa dos vencidos há mais de 180 dias, deduz-se o montante que é recuperado e recebido via assessorias de cobrança referentes a recebíveis já provisionados (“Recuperação”), e chega-se ao “Complemento da Provisão” do período (seis meses findos em 30/06/2011). Para reconciliar o Complemento da Provisão no Balanço Patrimonial com a Demonstração de Resultados do Exercício, ainda deve-se considerar as rubricas “Risco de Crédito do FIES” e a “Baixa de Cobrança e Depósitos Não Identificados” referentes a créditos com mais de 180 dias e, portanto, já provisionados. O resultado, R\$22,8 milhões, é exatamente o que é lançado como despesa.



Divulgação de Resultados 2T11

Tabela 23 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE 1S11

Em R\$ milhões	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação	Complemento da provisão, líquido	Risco de crédito - FIES	Baixa de cobrança e depósitos não identificados	Total
Mensalidades e taxa	46,1	(22,3)	23,8	0,2	(2,4)	21,6
Adquiridas	1,1	-	1,1	-	-	1,1
TOTAL	47,3	(22,3)	25,0		(2,4)	22,8

A seguir, demonstramos como reconciliar a PDD do resultado com a variação dos saldos de Balanço. Partindo do saldo de Provisão para Devedores Duvidosos em 31/12/2010, somamos o Complemento da Provisão Líquido e os saldos de Provisão para Devedores Duvidosos das empresas adquiridas (na coluna “Efeito das Entidades Adquiridas”). Por fim, retiramos, na coluna “Baixa”, as provisões com mais de 360 dias, fazendo a mesma operação no Contas a Receber Bruto exatamente no mesmo montante, chegando ao saldo da Provisão para Devedores Duvidosos em 30/06/2011.

Vale ressaltar que tal baixa é realizada a cada trimestre com o simples objetivo de manter um histórico de 12 meses, a fim de facilitar as comparações entre trimestres. Como todos os recebíveis com mais de 180 dias na Estácio já estão necessariamente provisionados, tal movimentação não traz variação no Contas a Receber Líquido. Reforçamos que estes recebíveis continuarão a ser cobrados normalmente através dos mecanismos utilizados pela Estácio e, quando recuperados, seu valor será um redutor da provisão para devedores duvidosos.

Tabela 24 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

Em R\$ milhões	31/12/2010	Complemento da provisão, líquido	Efeito das entidades adquiridas	Baixa	30/06/2011
Mensalidades e taxa	45,4	23,8	-	(24,6)	44,6
Adquiridas	-	1,1	10,0	-	11,2
TOTAL	45,4	25,0	10,0	(24,6)	55,8

Investimentos (CAPEX e Aquisições)

Tabela 25 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	2T10	2T11	Variação	1S10	1S11	Variação
CAPEX	5,5	35,0	542,2 %	13,0	61,5	373,1 %
Manutenção	3,5	17,0	385,7%	9,3	24,1	159,1%
Modelo de Ensino	2,0	4,4	125,6%	3,7	7,7	108,1%
Nova Arquitetura de TI	-	6,1	N.A.	-	6,4	N.A.
Expansão	-	3,3	N.A.	-	9,2	N.A.
Parque de Computadores	-	4,2	N.A.	-	14,1	N.A.
Aquisições	-	33,8	N.A.	-	61,0	N.A.

No 2T11, o **CAPEX de manutenção** totalizou R\$17,0 milhões, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Foram investidos cerca de R\$4,4 milhões no projeto do novo modelo de ensino (construção de conteúdo), e também R\$6,1 milhões na aquisição de hardware e licenças para o desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados. Os **investimentos em projetos de expansão, revitalizações e**



Divulgação de Resultados 2T11

melhorias de unidades totalizaram R\$3,3 milhões e compreenderam reestruturações e obras realizadas no Campus Sulacap, Campus Ibiúna, Campus Tom Jobim e Campus Marajoara II. Também destacamos do capex de manutenção o investimento realizado na troca do nosso parque de computadores (R\$14,1 milhões no ano). A fim de permitir que os novos sistemas e softwares possam ser melhor operados nos nossos laboratórios e aumentar a percepção de qualidade pelos nossos alunos, desde o início do ano trocamos aproximadamente 10 mil máquinas por todo o Brasil. Os **investimentos em aquisições** somaram R\$33,8 milhões, em função das aquisições da FATERN e Academia do Concurso que foram concluídas no 2T11.

Capitalização e Caixa

Tabela 26 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	30/06/2010	30/06/2011
Patrimônio líquido	492,2	604,8
Caixa e equivalentes	172,3	68,2
Endividamento Bruto	(6,8)	(72,1)
Empréstimos bancários	(3,5)	(59,1)
Curto prazo	(3,3)	(4,1)
Longo prazo	(0,2)	(54,9)
Compromissos a Pagar (Aquisições)	(1,3)	(7,7)
Parcelamento de Tributos	(2,0)	(5,3)
Caixa Líquido	165,5	(3,9)

Ao final do 2T11, o **caixa** totalizava R\$68,2 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha.

O **endividamento** bancário de R\$59,1 milhões no 2T11 corresponde ao empréstimo de R\$48,5 milhões junto ao IFC, ao contrato FINAME e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos para pagamentos futuros referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$7,7 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto** que totalizou R\$71,8 milhões ao final do 2T11.

Ao longo dos 3 últimos anos, a Estácio aplicou praticamente todo o caixa resultante do seu IPO na reestruturação das suas unidades, no desenvolvimento de um novo modelo de ensino e, mais recentemente, na expansão via *greenfields* e aquisições. Além disso, o aumento das necessidades de capital de giro, evidenciado por um aumento dos dias de recebíveis e FIES (como comentado em item específico acima), também contribuiu para consumir caixa, que veio a um nível próximo do que a Administração considera mínimo para operar.

A fim de despertar na organização uma consciência crescente da necessidade de gerir bem o seu caixa, a Companhia pretende manter um nível de caixa relativamente baixo, deixando para levantar capital quando as oportunidades para expansão e aquisições aparecerem. A Estácio vem mantendo tratativas com o IFC para uma nova tranche de captação de recursos junto ao órgão, visando alavancar um pouco a estrutura de capital e deixar a Companhia apta para aproveitar oportunidades, mas em paralelo há uma série de ações que visam melhorar a gestão de caixa, entre as quais destacam-se:

- (i) Plano de ação e dedicação de uma equipe específica para viabilizar oportunidades de melhoria que vão desde a gestão de recebíveis e contas a pagar até a venda de imóveis sem utilização pela Empresa e análises detalhadas de possíveis operações de *sales & lease-back* dos poucos imóveis que ainda são de sua propriedade, desde que o custo de capital implícito da operação seja atraente;



Divulgação de Resultados 2T11

- (ii) Projeto e um plano de ação que abranja as áreas de Finanças, Operações, Ensino, e Marketing, para conter a inadimplência dos alunos atuais;
- (iii) Projeto para recuperação de depósitos judiciais;
- (iv) Início de discussão com a Stern Stewart para adoção gradual da metodologia EVA para a Estácio, com o objetivo final de alinhar a avaliação de desempenho e remuneração dos Executivos a esse indicador.

Fluxo de Caixa

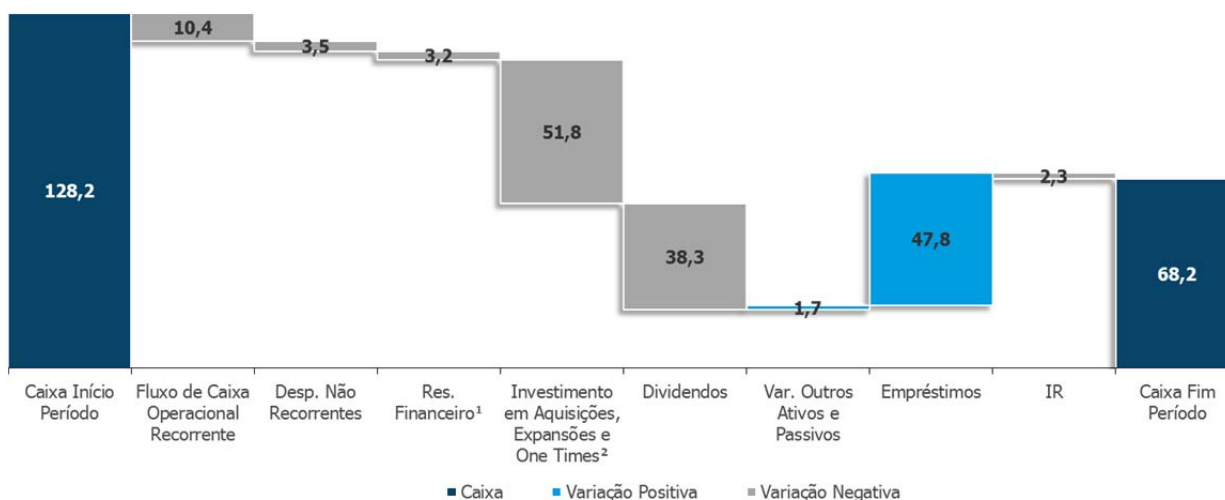
Gráfico 3 – Fluxo de Caixa Operacional Recorrente (R\$ milhões) – Trimestral

Pelas razões já comentadas anteriormente, no 2T11, a geração de caixa operacional (EBITDA recorrente) não foi suficiente para compensar a variação do capital de giro decorrente do aumento de recebíveis e os investimentos realizados em CAPEX recorrentes (ou de manutenção), gerando um fluxo de caixa operacional recorrente negativo de R\$10,4 milhões.



Gráfico 4 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – Trimestral

Com a perda no fluxo de caixa operacional recorrente, os investimentos em CAPEX discriionários (Novo Modelo de Ensino, troca do parque de computadores, e expansões) e o pagamento de dividendos referente ao exercício de 2010 foram compensados com a entrada dos recursos do IFC, na ordem de R\$48,5 milhões.



¹ Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

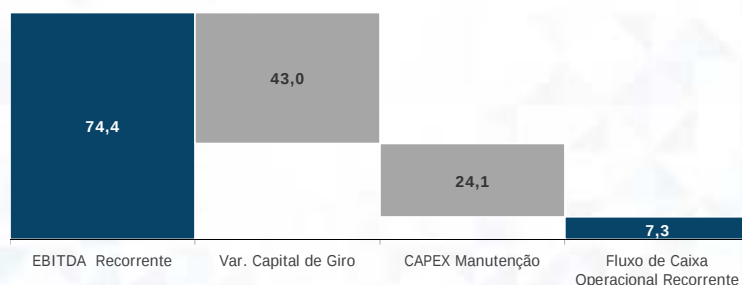
² Composição dos Investimentos: Aquisições (R\$33,9 milhões) + Expansão (R\$3,3 milhões) + One Times (R\$14,1 milhões)



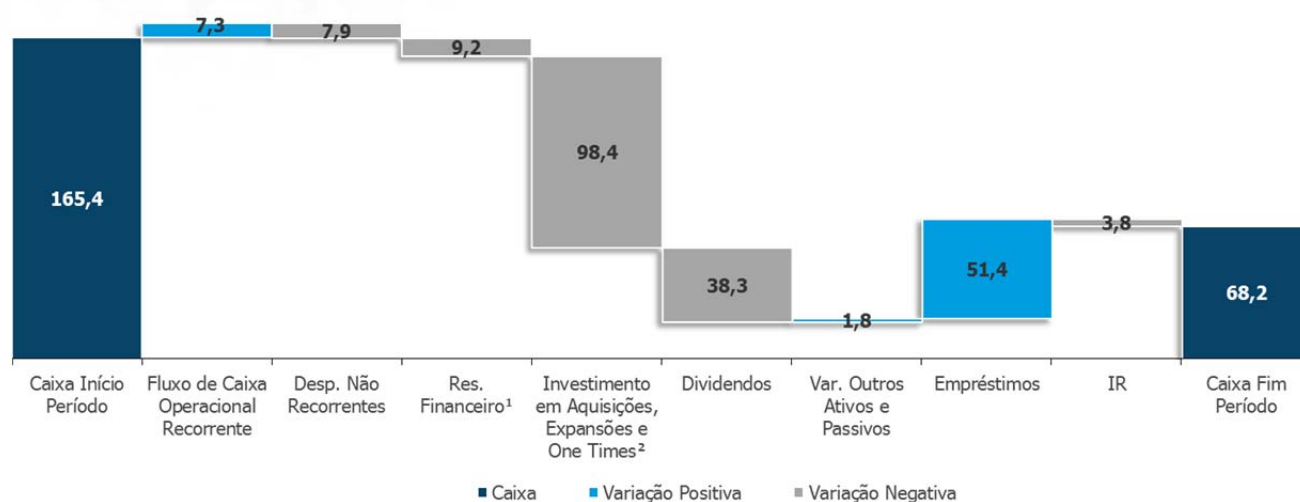
Divulgação de Resultados 2T11

Gráfico 5 – Fluxo de Caixa Operacional Recorrente (R\$ milhões) - Semestral

Ao longo do semestre, a geração de caixa operacional (EBITDA recorrente) ficou em R\$74,4 milhões, suficiente para suprir a variação do Capital de Giro e o CAPEX de manutenção (recorrente).

**Gráfico 6 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – Semestral**

Os investimentos discricionários, somados ao pagamento de dividendos, reduziram o caixa inicial, que foi recomposto pelo empréstimo junto ao IFC.



¹ Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

² Composição dos Investimentos: Aquisições (R\$61,1 milhões) + Expansão (R\$9,2 milhões) + One Times (R\$28,2 milhões)

Principais Fatos Marcantes

Operacionais

Lançamento dos Cursos de Gastronomia e Hotelaria em São Paulo

Em linha com a nossa estratégia de reforçar nossa presença e imagem na cidade de São Paulo, no início deste ano inauguramos um novo Campus no bairro Chácara Flora. Voltado para cursos de nicho, Gastronomia e Hotelaria, o novo campus é estruturado com o que há de mais moderno para a prática de ambos os cursos. Com 5 mil metros quadrados, o edifício é composto por laboratórios de cozinhas para as aulas práticas com capacidade e espaço de degustação, laboratório de demonstração de receitas e laboratório de padaria/confeitaria com espaço para degustação.

O curso de Gastronomia da Estácio conta com uma parceria de sucesso com o renomado *Alain Ducasse Formation*. O curso de Hotelaria, por sua vez, é associado à *École Hôtelière de Lausanne*. Ambos oferecem aos seus alunos dupla certificação.

A partir de Setembro, o campus contará com cursos de Pós Graduação e Cursos de Extensão nas áreas de Hotelaria e Gastronomia.

Inauguração do Campus Sulacap

A Unidade Sulacap foi criada do resultado da fusão de dois Campi: Vila Valqueire e Bangu, que apresentavam diversos problemas de infraestrutura e com histórico de perda financeira.

Situado estrategicamente numa área de grande tráfego do nosso público-alvo, o novo Campus é composto de instalações modernas e confortáveis bem como novos laboratórios funcionais.

Em função da redução imediata de custos fixos com a junção de duas unidades, o novo Campus já apresenta ganho de margem EBITDA de 6,4 pontos percentuais no 1S11 em relação ao 1S10.



Foto: Pátio interno do Campus Sulacap.

Espaço Estágio e Emprego da Estácio – E3



Foto: Unidade padrão de atendimento da Estação E3.

A Estácio começa a levar a 15 estados do país o projeto *Espaço Estágio e Emprego*, o E3. Com um investimento de R\$ 1 milhão, está programado o lançamento de 20 unidades em 2011, todas dentro dos campi da instituição de ensino superior da Estácio.

O E3 é um espaço exclusivo para orientação de carreira ao aluno e visa à integração crescente entre o universo acadêmico e os grandes empregadores. Alunos veteranos dos últimos semestres dos cursos de Recursos Humanos e Psicologia são contratados como estagiários orientando os jovens universitários em busca de sua primeira experiência profissional.



Divulgação de Resultados 2T11

As unidades que já possuem o E3 em funcionamento são: Salvador, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, Rio de Janeiro e Cotia. Desde a inauguração do E3 já foram oferecidas mais de 40 mil ofertas de estágio, mais de 7 mil ofertas de emprego e organizados 30 eventos (feiras, oficinas e palestras).

III Programa de Trainee

No primeiro semestre deste ano concluímos o processo seletivo para o nosso 3º Programa de *Trainees*. Com duração de 18 meses, o programa é composto por três módulos nos quais os *trainees* conhecerão a cultura da Empresa, realizarão *job rotation* e participarão de workshops de capacitação. Ao final do programa os *trainees* desenvolverão um projeto final desafiador, que permitirá trazer novas ideias para o dia-a-dia da Empresa. Os *trainees* serão acompanhados por meio de planos de desenvolvimento individual, elaborados a partir das necessidades específicas de cada um, com o objetivo de aperfeiçoarem habilidades comportamentais e técnicas. A atração e retenção de jovens talentos é uma prioridade em nosso modelo de gestão fortemente baseado em cultura de gestão e meritocracia.

Nosso programa de trainees já é um sucesso, tendo alcançado 12 mil inscritos dos quais 15 jovens talentos de todo o Brasil foram contratados e ingressaram na Companhia no mês de Agosto.

Financeiras

Programa de Recompra

No dia 15 de julho, anunciamos o 2º Programa de Recompra de ações. Poderão ser adquiridas até 3.323.796 ações, representando 5% do total de 66.475.925 ações em circulação. O Programa de tem validade de 1 ano, encerrando-se em 13 de julho de 2012.

Programa de ADR nível I

No dia 17 de junho, lançamos o nosso Programa de ADRs Nível I, com o objetivo de ampliar as possibilidades pelas quais investidores, principalmente os domiciliados no exterior, podem investir na Companhia, bem como aumentar a liquidez de nossas ações. Cada ADR representa 1 ação ordinária (ESTC3) e é negociado no mercado de balcão americano (OTC) sob o símbolo "ECPCY".

Empréstimo junto ao IFC

No trimestre, recebemos os recursos do financiamento junto ao IFC no valor R\$48,5 milhões. O financiamento tem prazo de 10 anos, sendo 3 anos de carência. O custo será em reais (CDI) equivalente a Libor 6 meses + 3,5% a.a.



Projetos de Sustentabilidade

Parceria com Rock in Rio

A Estácio fechou uma parceria com *O Rock in Rio*, maior evento de música e entretenimento do mundo. Cerca de 600 estudantes de todo Brasil foram selecionados para atuar no evento como voluntários. Um time de 50 alunos dos Cursos de Comunicação, Cinema, Publicidade e Propaganda serão responsáveis por produzir, criar e editar a TV Rock in Rio que irá ao ar nos telões nos dias dos Shows.

A Estácio vai oferecer ainda 2.500 matrículas em Cursos Livres para os vencedores do Concurso "Por um Mundo Melhor" organizado pelo Festival e arrecadará nos campi do RJ instrumentos musicais que serão restaurados e entregues às Escolas de Música. Todas as ações envolvem alunos, professores e colaboradores da Estácio.

Mudança do CSC para o Campus Rebouças no Morro do Turano

Demonstrando credibilidade nas ações do Governo do Estado do Rio de Janeiro, após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade do Turano, a Estácio transferiu as atividades da Central de Serviços Compartilhados para as instalações do Campus Rebouças. Cerca de 300 colaboradores estão trabalhando agora nesta unidade, contribuindo também para reduzir os custos com aluguel e utilidades da Estácio, dado que o imóvel é próprio.

Com 40 anos de sucesso no ensino superior, a Estácio deve o início de sua trajetória ao Campus Rebouças, primeira unidade da instituição, fundada em 1970. Agora, com a UPP, a região já volta a ser valorizada pelo fácil acesso e também por sua tradição histórica. A Estácio já tem, e pretende ampliar, diversas atividades de extensão em prol da comunidade local, visando fortalecer ainda mais a retomada da micro-região.

Projeto Tira-Dúvidas registra mais de 8 mil atendimentos gratuitos

Dúvidas sobre gramática, concordância verbal, redação, uso da crase, regra de três, estatística, matemática financeira e porcentagem foram as mais requisitadas nos cerca de 8,2 mil atendimentos gratuitos feitos nos postos do "Tira-Dúvidas", instalados nas estações Brás da CPTM e Consolação do Metrô em São Paulo, desde a implantação do projeto, em fevereiro de 2010. O serviço é uma parceria entre a STM (Secretaria dos Transportes Metropolitanos de São Paulo), a CPTM, o Metrô e a Estácio, única instituição de Ensino Superior credenciada após seleção. Professores de português e matemática da Estácio se revezaram no atendimento aos usuários.

Na Estação Consolação do Metrô, o "Tira-Dúvidas" começou a funcionar em outubro de 2010. Em oito meses, 3,3 mil pessoas foram atendidas, sendo que 50% pediram esclarecimentos sobre matemática e os outros 50% questionaram sobre português.

Já na Estação Brás da CPTM, o atendimento existe desde fevereiro de 2010. Até junho de 2011, 4,9 mil pessoas procuraram o serviço. A solicitação maior foi por matemática: 60%. As dúvidas sobre português atingiram 40% do atendimento total.



Divulgação de Resultados 2T11

Dados das Teleconferências sobre Resultados

Teleconferência (em Português)	Teleconferência (em Inglês)
Data: 12 de agosto de 2011	Data: 12 de agosto de 2011
Horário: 10h00 (Brasília) / 09h00 (NY)	Horário: 12h00 (Brasília) / 11h00 (NY)
Telefone de Conexão: +55 (11) 3127-4971	Telefone de Conexão: +1 (412) 317-6776
Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ri	Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ir
Replay: disponível de 12/08 a 19/08/2011	Replay: disponível de 12/08 a 22/08/2011
Telefone de Acesso: +55 (11) 3127-4999	Telefone de Acesso: +1 (412) 317-0088
Código de Acesso: 96183422	Código de Acesso: 10001868

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Estácio são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.



Divulgação de Resultados 2T11

Demonstração de Resultados em IFRS

Em R\$ milhões	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	2T10	2T11	Variação	2T10	2T11	Variação
Receita Operacional Bruta	369,2	407,8	10,5 %	369,2	391,6	6,1 %
Mensalidades	364,8	399,5	9,5%	364,8	385,9	5,8%
Outras	4,4	8,3	88,6%	4,4	5,6	27,3%
Deduções da Receita Bruta	(111,0)	(117,9)	6,2 %	(111,0)	(114,3)	3,0 %
Descontos e Bolsas	(100,2)	(105,2)	5,0%	(100,2)	(102,6)	2,4%
Impostos	(10,8)	(12,7)	17,6%	(10,8)	(11,8)	9,3%
Receita Operacional Líquida	258,2	289,9	12,3 %	258,2	277,2	7,4 %
Custos dos Serviços Prestados	(186,0)	(203,3)	9,3 %	(186,0)	(194,0)	4,3 %
Pessoal	(137,4)	(147,0)	7,0%	(137,4)	(140,0)	1,9%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(24,3)	(25,8)	6,2%	(24,3)	(25,0)	2,9%
Material Didático	(4,3)	(9,6)	123,3%	(4,3)	(9,5)	120,9%
Serviços de terceiros e outros	(14,2)	(13,7)	-3,5%	(14,2)	(13,0)	-8,5%
Custos não recorrentes	(0,2)	(1,4)	600,0%	(0,2)	(0,8)	300,0%
Depreciação	(5,7)	(5,8)	1,8%	(5,7)	(5,7)	0,0%
Lucro Bruto	72,2	86,5	19,8 %	72,2	83,2	15,2 %
(-) Custos não recorrentes	0,2	1,4	600,0%	0,2	0,8	300,0%
Lucro Bruto Recorrente	72,4	87,9	21,4 %	72,4	84,1	16,2 %
Margem Bruta Recorrente	28,0 %	30,3 %	2,3 p.p.	28,0 %	30,3 %	2,3 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(67,0)	(73,9)	10,3 %	(67,0)	(70,4)	5,1 %
Despesas Comerciais	(25,7)	(31,8)	23,7 %	(25,7)	(30,4)	18,3 %
PDD	(15,1)	(17,5)	15,9%	(15,1)	(16,6)	9,9%
Publicidade	(10,6)	(14,3)	34,9%	(10,6)	(13,8)	30,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(39,3)	(38,6)	-1,8 %	(39,3)	(36,5)	-7,1 %
Pessoal	(17,1)	(16,2)	-5,3%	(17,1)	(15,7)	-8,2%
Outros	(20,4)	(20,3)	-0,5%	(20,4)	(19,1)	-6,4%
Despesas não recorrentes	(1,8)	(2,1)	16,7%	(1,8)	(1,7)	-5,6%
Depreciação	(2,0)	(3,5)	75,0 %	(2,0)	(3,5)	75,0 %
EBIT	5,1	12,6	147,1 %	5,1	12,8	151,0 %
Margem EBIT	2,0 %	4,3 %	2,3 p.p.	2,0 %	4,6 %	2,6 p.p.
(-) Custos e despesas não recorrentes	2,0	3,5	75,0%	2,0	2,5	25,0%
(-) Resultado financeiro operacional	3,8	1,1	-71,1%	3,8	1,0	-73,7%
EBIT Recorrente	11,0	17,1	55,5 %	11,0	16,4	49,1 %
Margem EBIT Recorrente	4,3 %	5,9 %	1,6 p.p.	4,3 %	5,9 %	1,6 p.p.
(-) Depreciação e amortização	7,7	9,3	20,8%	7,7	9,2	19,5%
EBITDA Recorrente	18,7	26,5	41,7 %	18,7	25,6	36,9 %
Margem EBITDA Recorrente	7,2 %	9,1 %	1,9 p.p.	7,2 %	9,2 %	2,0 p.p.
Resultado financeiro	4,0	(2,1)	N.A.	4,0	(1,7)	N.A.
Depreciação e amortização	(7,7)	(9,3)	20,8%	(7,7)	(9,2)	19,5%
Resultado das Atividades não continuadas	(1,1)	(0,2)	-81,8%	(1,1)	(0,2)	-81,8%
Contribuição social	-	(0,6)	N.A.	-	(0,6)	N.A.
Imposto de renda	(0,1)	(1,7)	1600,0%	(0,1)	(1,8)	1700,0%
Lucro Líquido	7,9	7,9	0,0 %	7,9	8,4	6,3 %
Custos e despesas não recorrentes	2,0	3,5	75,0%	2,0	2,5	25,0%
Lucro Líquido Recorrente	9,9	11,4	15,2 %	9,9	11,0	11,1 %
Margem Líquida Recorrente	3,9 %	3,9 %	0,0 p.p.	3,9 %	4,0 %	0,1 p.p.



Divulgação de Resultados 2T11

Em R\$ milhões	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	6M10	6M11	Variação	6M10	6M11	Variação
Receita Operacional Bruta	734,6	806,0	9,7 %	734,6	783,6	6,7 %
Mensalidades	726,8	794,0	9,2%	726,8	774,2	6,5%
Outras	7,8	12,0	53,8%	7,8	9,4	20,2%
Deduções da Receita Bruta	(220,4)	(240,3)	9,0 %	(220,4)	(235,1)	6,7 %
Descontos e Bolsas	(198,8)	(216,2)	8,8%	(198,8)	(212,2)	6,7%
Impostos	(21,6)	(24,1)	11,6%	(21,6)	(22,9)	6,0%
Receita Operacional Líquida	514,2	565,7	10,0 %	514,2	548,5	6,7 %
Custos dos Serviços Prestados	(354,5)	(383,4)	8,2 %	(354,5)	(370,5)	4,5 %
Pessoal	(258,1)	(279,6)	8,3%	(258,1)	(269,7)	4,5%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(47,9)	(50,9)	6,2%	(47,9)	(49,7)	3,8%
Material Didático	(6,5)	(12,7)	95,4%	(6,5)	(12,6)	94,4%
Serviços de terceiros e outros	(26,2)	(24,0)	-8,4%	(26,2)	(23,1)	-11,8%
Custos não recorrentes	(4,6)	(4,7)	2,2%	(4,6)	(4,2)	-8,7%
Depreciação	(11,2)	(11,3)	0,9%	(11,2)	(11,1)	-0,9%
Lucro Bruto	159,7	182,4	14,2 %	159,7	178,0	11,5 %
(-) Custos não recorrentes	4,6	4,7	2,2%	4,6	4,2	-8,7%
Lucro Bruto Recorrente	164,3	187,1	13,9 %	164,3	182,2	10,9 %
Margem Bruta Recorrente	32,0 %	33,1 %	1,1 p.p.	32,0 %	33,2 %	1,2 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(131,4)	(141,3)	7,5 %	(131,4)	(137,1)	4,3 %
Despesas Comerciais	(50,1)	(60,8)	21,3 %	(50,1)	(59,1)	17,9 %
PDD	(20,1)	(22,8)	13,4%	(20,1)	(21,6)	7,5%
Publicidade	(30,0)	(38,0)	26,7%	(30,0)	(37,4)	24,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(77,4)	(73,4)	-5,2 %	(77,4)	(70,8)	-8,5 %
Pessoal	(33,0)	(31,5)	-4,5%	(33,0)	(31,1)	-5,9%
Outros	(41,2)	(38,7)	-6,1%	(41,2)	(37,0)	-10,2%
Despesas não recorrentes	(3,2)	(3,2)	0,0%	(3,2)	(2,8)	-12,5%
Depreciação	(3,9)	(7,2)	84,6 %	(3,9)	(7,2)	84,6 %
EBIT	28,3	41,0	44,9 %	28,3	40,9	44,5 %
Margem EBIT	5,5 %	7,2 %	1,7 p.p.	5,5 %	7,5 %	2,0 p.p.
(-) Custos e despesas não recorrentes	7,7	7,9	2,6%	7,7	6,9	-10,4%
(-) Resultado financeiro operacional	7,2	6,9	-4,2%	7,2	6,9	-4,2%
EBIT Recorrente	43,3	55,8	28,9 %	43,3	54,7	26,3 %
Margem EBIT Recorrente	8,4 %	9,9 %	1,4 p.p.	8,4 %	10,0 %	1,6 p.p.
(-) Depreciação e amortização	15,1	18,5	22,5 %	15,1	18,3	21,2 %
EBITDA Recorrente	58,4	74,3	27,2 %	58,4	73,0	25,0 %
Margem EBITDA Recorrente	11,4 %	13,2 %	1,8 p.p.	11,4 %	13,3 %	1,9 p.p.
Resultado financeiro	6,9	(0,4)	N.A.	6,9	0,3	-95,2%
Depreciação e amortização	(15,1)	(18,5)	22,5%	(15,1)	(18,3)	21,2%
Resultado das Atividades não continuadas	(1,1)	-	N.A.	(1,1)	-	N.A.
Contribuição social	(0,2)	(1,0)	400,0%	(0,2)	(1,1)	450,0%
Imposto de renda	(0,4)	(2,9)	625,0%	(0,4)	(3,0)	650,0%
Lucro Líquido	33,6	36,7	9,2 %	33,6	37,2	10,8 %
Custos e despesas não recorrentes	7,7	7,9	2,6%	7,7	6,9	-10,4%
Lucro Líquido Recorrente	41,3	44,5	7,7 %	41,3	44,1	6,8 %
Margem Líquida Recorrente	8,0 %	7,9 %	-0,2 p.p.	8,0 %	8,0 %	0,0 p.p.



Divulgação de Resultados 2T11

Balanço Patrimonial em IFRS

Em R\$ milhões	30/06/2010	31/03/2011	30/06/2011
Ativo Circulante	363,5	378,6	351,6
Disponibilidades	30,7	38,8	61,5
Títulos e valores mobiliários	141,6	89,4	6,7
Contas a receber	147,7	179,0	210,6
Contas a compensar	1,0	22,6	18,2
Adiantamentos a funcionários/terceiros	14,8	4,2	12,9
Partes relacionadas	0,2	0,3	0,3
Despesas antecipadas	9,6	16,2	10,6
Outros	17,8	28,1	30,9
Ativo Não-Circulante	348,6	460,8	522,4
Realizável a Longo Prazo	40,7	61,0	63,1
Despesas antecipadas	3,6	1,5	0,9
Partes relacionadas	2,9	-	-
Depósitos judiciais	31,3	43,2	50,3
Impostos diferidos	2,9	16,3	11,9
Permanente	307,9	399,8	459,3
Investimentos	0,2	0,2	0,2
Imobilizado	187,1	228,3	243,5
Intangível	120,5	171,3	215,6
Total do Ativo	712,0	839,4	874,1
Passivo Circulante	148,4	146,0	143,1
Empréstimos e financiamentos	3,3	4,4	4,1
Fornecedores	15,9	15,6	14,2
Salários e encargos sociais	88,5	81,0	90,4
Obrigações tributárias	11,8	12,2	12,4
Mensalidades recebidas antecipadamente	23,1	5,3	9,0
Parcelamento de tributos	0,5	0,3	0,3
Dividendos a pagar	-	19,2	-
Compromissos a pagar	1,3	4,9	7,7
Outros	3,9	3,1	5,1
Exigível a Longo Prazo	71,5	79,2	126,1
Empréstimos e financiamentos	0,2	6,9	54,9
Provisão para contingências	34,9	34,3	33,5
Adiantamento de convênio	22,1	20,0	19,2
Parcelamento de tributos	1,5	5,1	5,0
Provisão para desmobilização de ativos	12,6	12,9	13,4
Outros	0,1	0,1	0,1
Patrimônio Líquido	492,2	614,2	604,8
Capital social	297,8	360,1	364,4
Gastos com emissão de ações	-	-	(2,8)
Reservas de capital	103,3	107,2	107,7
Reservas de lucros	58,1	100,5	100,5
Lucros acumulados	33,6	28,7	36,7
Dividendo adicional proposto	-	19,2	-
Ajustes acumulados de conversão	(0,3)	(0,1)	(0,2)
Ações em Tesouraria	(0,3)	(1,3)	(1,3)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	712,0	839,4	874,1



Sobre a Estácio

A Estácio é uma das maiores **organizações privada de ensino superior** no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Sua base de alunos possui perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Seu crescimento e liderança de mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos, à localização estratégica de suas unidades, aos preços competitivos praticados e à sua sólida situação financeira.

Os pontos fortes da Estácio são:

Forte Posicionamento para Explorar o Potencial Crescimento do Mercado

- ◆ Presença nacional, com Unidades nos maiores centros urbanos do país
- ◆ Amplo portfólio de cursos
- ◆ Capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria dos nossos cursos
- ◆ Marca "Estácio", amplamente reconhecida

Qualidade Diferenciada de Ensino

- ◆ Currículos nacionalmente integrados
- ◆ Metodologia de ensino diferenciada
- ◆ Corpo docente altamente qualificado

Gestão Operacional Profissional e Integrada

- ◆ Modelo de gestão orientado por resultados
- ◆ Foco na qualidade do ensino

Modelo de Negócio Escalonável

- ◆ Crescimento com rentabilidade
- ◆ Expansão orgânica e via aquisições

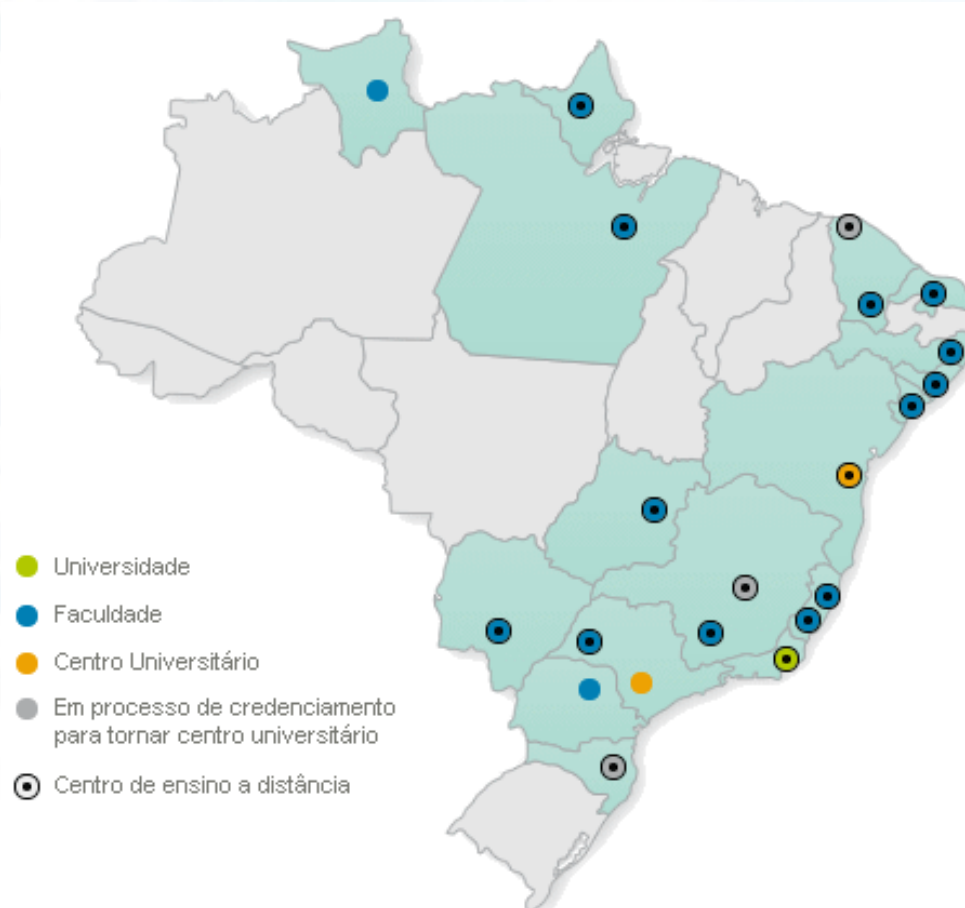
Solidez Financeira

- ◆ Forte reserva de caixa
- ◆ Capacidade de geração e captação de recursos
- ◆ Controle do capital de giro



Divulgação de Resultados 2T11

Ao final de junho de 2011 a Estácio tinha 238,7 mil alunos de graduação, pós-graduação e ensino a distância matriculados em sua rede de ensino de abrangência nacional e atuação também no Paraguai, conforme mapa a seguir:



Notas Explicativas

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às Informações Trimestrais individuais e consolidadas

30 de junho de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, 5 mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne duas Universidades, dois Centros Universitários e 30 faculdades, distribuídas em 17 Estados do país e no exterior. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil e no exterior. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Estácio foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto 2011.

2. Políticas contábeis

As Informações Trimestrais - ITR da Companhia para os trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 foram preparadas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito

Notas Explicativas

para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2011, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

A demonstração do resultado de 30 de junho de 2010 foi reclassificada para fins de melhor apresentação e comparabilidade. Algumas despesas comerciais classificadas em 2010 como despesas administrativas foram devidamente reclassificadas, no valor de R\$ 5.796..

2.1. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA. ("IREP")	100%	100%
Sociedad de Enseñanza Superior S.A. ("SESSA")	100%	100%
Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda.	100%	
Estácio Editora	100%	
	<u>30/06/2011</u>	
	<u>Indireta</u>	
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100%	
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")	100%	
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100%	

Em 24 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP, a totalidade das quotas do capital social Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. , sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia – FAA ("FAA"). O valor da transação

Notas Explicativas

foi de R\$20.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

Em 22 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da ANEC – Sociedade Natalense de Educação e Cultura Ltda, sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"). O valor da transação foi de R\$ 12.500 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal – FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

Em 7 de abril de 2011, a Companhia adquiriu, a totalidade das quotas do capital social da sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"), sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos (carreiras fiscais e nível médio) e, ainda, dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC"). O valor da transação foi de R\$ 16.078, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Academia do Concurso possuía mais de 29.000 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado do Rio de Janeiro (informações não auditadas).

Em 12 de abril de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da FATERN – Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal Estado do Rio Grande do Norte. O valor da transação foi de R\$ 14.605 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.

Em 31 de março de 2011, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade através da Faculdade Estácio de Natal e da Faculdade de Natal, a transação posiciona a Companhia como segunda maior instituição de ensino superior privada, com aproximadamente 8.000 alunos, numa das principais e mais prosperas capitais da região Nordeste (informações não auditadas).

Notas Explicativas

O valor dos investimentos preliminarmente avaliados por empresa especializada independente e revisados pela Companhia na data do balanço de aquisição será objeto de eventuais ajustes em prazo inferior a um ano em conformidade com a Deliberação CVM nº 580/09 - CPC 15 e IFRS 3R.

O período de abrangência das informações contábeis intermediárias das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.2. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas das atividades é reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos. As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias da controladora e consolidado. As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para a controlada localizada no exterior a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos

Notas Explicativas

decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.5. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.6. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal – CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia e também podem ser convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

2.7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

Notas Explicativas

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de informações contábeis intermediárias da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.9. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Notas Explicativas

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 8).

2.12. Arrendamento mercantil

► Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os

Notas Explicativas

ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 8. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

► Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.14. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES.

Notas Explicativas

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS à 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.16. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a

Notas Explicativas

seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33).

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais individuais e consolidadas tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não possuía ativos e passivos monetários sobre os quais o ajuste a valor presente seria relevante.

2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de

Notas Explicativas

transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e

Notas Explicativas

os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo pode sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Notas Explicativas

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.23. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas Explicativas**3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	496	896	39.883	15.277
Aplicações financeiras	10.304	11.435	21.639	29.450
Caixa e equivalentes de caixa	10.800	12.331	61.522	44.727
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	182	16.979	3.387	58.503
Debêntures de Instituições Financeiras	174	18.048	3.283	62.184
Títulos e valores mobiliários	356	35.027	6.670	120.687
Total	11.156	47.358	68.192	165.414

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundo exclusivo, Certificados de Depósito Bancário e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de 100,5% a 101,9% do CDI em 30 de junho de 2011 (de 101,0% a 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

As Operações Compromissadas lastreadas por Debêntures de primeira linha estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 100,5% a 101,2% do CDI controladora e consolidado em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

4. Contas a receber

	Consolidado	
	30/6/2011	31/12/2010
FIES	25.430	15.302
Mensalidades de alunos	198.723	157.436
Cartões a receber	10.803	6.930
Acordo a receber	32.438	26.938
Taxas a receber	5.733	4.407
	273.127	211.013
Créditos a identificar	(6.788)	(9.207)
Provisão para devedores duvidosos	(55.760)	(45.384)
	210.579	156.422

A composição do contas a receber foi reordenada para melhor apresentação dos saldos provenientes de acordos e negociações. O valor a receber de cartão de crédito está apresentado fora dos acordos a receber pois parte substancial do saldo é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/6/2011	%	31/12/2010	%
FIES	25.430	9%	15.302	7%
A vencer	62.415	23%	32.501	15%
Vencidas até 30 dias	35.945	13%	32.255	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	27.901	10%	22.045	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	27.986	11%	22.047	11%
Vencidas de 91 a 179 dias	37.690	14%	41.479	20%
Vencidas a mais de 180 dias	55.760	20%	45.384	22%
	273.127	100%	211.013	100%

As mensalidades recebidas antecipadamente, no montante de R\$ 8.953 (R\$ 18.891 - 31/12/2010) são apropriadas ao resultado considerando o período de sua competência.

Notas Explicativas

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2011	%	31/12/2010	%
A vencer	19.103	59%	10.891	40%
Vencidas até 30 dias	4.811	15%	6.623	25%
Vencidas de 31 a 60 dias	1.539	5%	1.277	5%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.437	4%	1.606	6%
Vencidas de 91 a 179 dias	2.448	8%	3.182	12%
Vencidas a mais de 180 dias	3.100	9%	3.358	12%
	<u>32.438</u>	<u>100%</u>	<u>26.938</u>	<u>100%</u>

Em virtude dos ajustes recentemente implementados na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda sorte de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidada segue demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2010	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Complemento da provisão, líquido	Efeito das entidades adquiridas	Baixa	30/6/2011
Mensalidades e taxa	45.384	46.136	(22.307)	23.829		(24.605)	44.608
Adquiridas		1.129		1.129	10.023		11.152
	<u>45.384</u>	<u>47.265</u>	<u>(22.307)</u>	<u>24.958</u>	<u>10.023</u>	<u>(24.605)</u>	<u>55.760</u>

Até o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia apresentava na movimentação da provisão para devedores duvidosos, informações relacionadas a complemento e baixa, considerando o resultado dessa equação por campus. Para os campi cujo resultado da equação produzia efeitos negativos, classificávamos como complemento. Nas ocasiões em que o resultado era positivo, classificávamos como recuperação.

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do semestre, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	<u>30/6/2011</u>
Complemento da provisão	24.958
Risco de Crédito - FIES	181
Baixa de cobrança e depósitos não identificados	<u>(2.379)</u>
	<u><u>22.760</u></u>

Notas Explicativas

(i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria (“Contrato”) com a Marone Consultoria e Participações Ltda. (“Marone”), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data e SESSA, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia, e Asociación de Enseñanza Superior de Las Américas (“AESA”), cujo controle societário poderá ser transferido para a Companhia, conforme termos e condições estabelecidos no Memorando de Entendimentos firmado em 7 de abril de 2007 com os controladores dessas Sociedades, entre os quais os Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato, que permanece em pleno vigor no que concerne a cláusula de não competição e está contabilizada em despesas antecipadas.

Notas Explicativas

(ii) Em abril de 2009 e em junho de 2010 foram celebrados contratos de mútuo com administradores, no valor total de R\$ 300, com vencimentos em março de 2012. Em 30 de junho de 2011 estes valores corrigidos totalizam R\$ 257.

(iii) Em 28 de maio de 2009 foi celebrado um Instrumento Particular de Mútuo entre a Estácio Participações S.A. e a Escuela de Informática S.R.L., empresa com sede na Cidade de Montevideu, Uruguai, pertencente até 31 de março de 2011 ao acionista controlador João Uchoa Cavalcanti Netto, no valor de US\$ 1.200 mil, equivalente a R\$ 2.340, cujo valor atualizado pelo índice de remuneração do contrato até 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 3.153, para que a mesma utilizasse tais recursos para adequação do seu capital de giro e investimentos.

Na mesma data foi assinado o Instrumento Particular de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças, através do qual a Estácio Participações S.A. possui o direito de exercer a opção de compra de adquirir 80% das quotas de emissão da Escuela de Informática S.R.L., em até 60 dias contados da divulgação das suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social no ano de 2011.

O preço de exercício da opção de compra é o valor resultante da aplicação da fórmula "Preço de exercício da opção" baseada em indicadores de Ebitda, dívida bancária e contingências.

Em 28 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a formalização de Termo Aditivo ao Contrato em questão, para autorizar a diretoria executiva da Companhia a alterar o prazo de pagamento das parcelas dos juros remuneratórios, que passa a ser a da data de amortização do principal do mútuo.

Em 31 de março de 2011 a Estácio assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, onde a Estácio adquire de João Uchoa Cavalcanti Netto a totalidade das quotas de que é titular na sociedade uruguaia Escuela de Informatica S.R.L., representadas por 40 quotas ou 80% do capital. No mesmo ato, João Uchoa Cavalcanti Netto pagou para Estácio R\$ 3.153 a título de compensação por eventuais passivos e contingências assumidos em decorrência dessa transferência de propriedade. Este valor foi contabilizado como redutor dos saldos de despesas operacionais na Estacio em 31 de março de 2011.

Ainda nessa data foi assinado o Instrumento de Transação entre a Estácio e a Escuela de Informatica S.R.L., onde a primeira concede para a segunda perdão da dívida referente ao contrato de mutuo, condicionado a assinatura do contrato de cessão e transferência de quotas da Estácio para o sócio minoritário que detem 10 quotas ou 20% de participação no capital da sociedade. Nesse ato a Estacio tambem recebeu quitação pelas obrigações decorrentes do contrato de gestão. O valor do perdão de dívida foi contabilizado na rubrica de despesas financeiras. Neste ato foi assinado Instrumento de Transação onde Estacio vendeu ao sócio minoritário a totalidade das quotas que havia adquirido de João Uchôa Cavalcanti Netto, bem como assumiu o compromisso de pagar para aquele sócio minoritário a quantia de US\$ 150 mil, a titulo de compensação por eventuais problemas decorrentes do contrato de gestão.

Notas Explicativas

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, estão mencionadas na nota explicativa 20.

6. Investimentos em controladas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2010	Aquisições	Ajuste de avaliação patrimonial	Opções outorgadas	Equivalência patrimonial	AFAC (Nota 6)	30/6/2011
Investimento							
SESES	239.372			1.300	20.015	62.266	322.953
IREP	287.406				24.240		311.646
SESSA	3.645		173		(118)		3.700
NOVA ACADEMIA		15.078			(945)	196	14.329
ESTACIO EDITORIA		5			(224)	250	31
Total	530.423	15.083	173	1.300	42.968	62.712	652.659
		SESES	IREP	SESSA	NOVA ACADEMIA	ESTÁCIO EDITORA	
Participação no capital		100%	100%	100%	100%	100%	
Quantidade de quotas detidas		127.247	209.500	10.607	1057	1	
Capital social integralizado		127.247	209.500	3.035	1057	1	
Patrimônio líquido							
30 de junho de 2011		249.788	249.204	3.699	(401)	(224)	
31 de dezembro de 2010		113.337	224.131	3.645			
Saldo reserva – PROUNI							
30 de junho de 2011		12.080	15.463				
31 de dezembro de 2010		12.080	15.463				
Lucro (prejuízo) líquido do período							
30 de junho de 2011		20.015	24.240	(120)			
31 de dezembro de 2010		10.332	72.010	563			
Adiantamento para futuro aumento de capital							
30 de junho de 2011		73.166			196	250	
31 de dezembro de 2010		126.035	832				
Ágio na Aquisição de Investimento							
30 de junho de 2011			62.442		14.534	5	
31 de dezembro de 2010			62.442				
Investimento total:							
30 de junho de 2011		322.953	311.646	3.698	14.329	31	
31 de dezembro de 2010		239.372	287.406	3.645			
Investimento total:							
30 de junho de 2011			652.659				
31 de dezembro de 2010			530.423				

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 13.164 (R\$ 27.543 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram as relativas à data-base 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

7. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobilização	Saldo após os efeitos da nova prática
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.483	53.455	24.571	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	4.180	210.958
Aquisições			463	2.196	784	1.331	91	1.713	1.418	234	465		8.695
Adições		58	3.3050	2.210	15.422	1.712	1.068	2.414	385	411	10.235		36.965
Baixas			(27)	(68)	(58)	(16)	(8)	(17)		(21)			(215)
Transferências		(123)	1.724	-	(2)		212				(1.811)		-
Depreciação/amortização		(650)	(2.399)	(1.114)	(5.171)	(1.054)	(322)	(1.045)	(291)	(176)		(726)	(12.948)
Saldos em 30 de junho de 2011	21.483	52.740	27.382	22.042	29.205	17.830	8.591	38.320	5.882	3.153	13.373	3.454	243.455
Saldos em 30 de junho de 2011													
Custo total	21.483	90.050	82.332	45.447	67.270	34.942	18.777	67.652	9.574	6.190	13.373		457.090
Depreciação acumulada		(37.310)	(54.950)	(23.405)	(38.065)	(17.112)	(10.186)	(29.332)	(3.692)	(3.037)		3.454	(213.635)
Valor residual	21.483	52.740	27.382	22.042	29.205	17.830	8.591	38.320	5.882	3.153	13.373	3.454	243.455
Saldos em 31 de dezembro de 2010													
Custo total	21.483	90.120	77.293	39.972	63.949	31.322	17.186	63.003	7.613	5.572	4.484		421.997
Depreciação acumulada		(36.665)	(52.722)	(21.154)	(45.719)	(15.465)	(9.636)	(27.748)	(3.243)	(2.867)		4.180	(211.039)
Valor residual	21.483	53.455	24.571	18.818	18.230	15.857	7.550	35.255	4.370	2.705	4.484	4.180	210.958
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%			

Notas Explicativas

O imóvel do Campus Rebouças situado à Rua do Bispo, 83, de propriedade da SESES, foi dado em penhora, devido a um litígio na justiça, em que o Município do Rio de Janeiro está cobrando da SESES o pagamento do IPTU do referido imóvel. Consoante informações de seus consultores jurídicos, já foi obtido ganho de causa e a SESES vem diligenciando junto à Prefeitura a baixa do referido gravame.

Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 9, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em

Notas Explicativas

premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

8. Intangível

	Consolidado							
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	2.412	136.685
Adições	65.366	7.275			7.731		2.986	83.358
Baixas								
Transferências								
Variação cambial								
Depreciação/amortização		(1.920)	(1.102)	(194)	(956)	(235)	(15)	(4.422)
Saldos em 30 de junho de 2011	156.060	18.392	9.091	1.119	23.463	2.113	5.383	215.621
	Consolidado							
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Outros	Total
Saldos em 30 de Junho de 2011								
Custo total	162.984	45.898	14.255	1.940	25.854	2.348	5.428	258.707
Amortização acumulada	(6.924)	(27.506)	(5.164)	(821)	(2.391)	(235)	(45)	(43.086)
Valor residual	156.060	18.392	9.091	1.119	23.463	2.113	5.383	215.621
Saldos em 31 de dezembro de 2010								
Custo total	97.618	38.622	14.254	1.940	18.123	2.348	2.441	175.346
Depreciação/Amortização acumulada	(6.924)	(25.585)	(4.061)	(627)	(1.435)		(29)	(38.661)
Valor residual	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	2.412	136.685

Notas Explicativas

Em 30 junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado			
	30/6/2011	31/12/2010		
	Custo	Amortização acumulada	Variação Cambial	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos				Líquido
IREP	96.014	(6.924)		139.784
ATUAL	19.830			89.090
FAL	11.739			
FATERN	19.125			
SESSA	2.097		(360)	1.737
NOVA				1.604
ACADEMIA	14.534			14.534
EDITORIA				
ESTACIO	5			5
	<u>163.344</u>	<u>(6.924)</u>	<u>(360)</u>	<u>156.060</u>
				<u>90.694</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2010, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de nova unidades e melhorias.

Notas Explicativas

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			1.876	108
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a.			35	682
Contratos de arrendamento mercantil	11,8% a 22,1% a.a.			125	124
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a.	8.538	8.608	8.538	8.608
	20% do contrato 7% a.a.				
Empréstimo IFC	CDI + Libor - 6 meses	48.498		48.498	
		57.036	8.608	59.072	9.522
Passivo circulante		2.093	1.089	4.129	1.760
Passivo não circulante		54.943	7.519	54.943	7.762
		57.036	8.608	59.072	9.522

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
2012	1.253	2.149	1.253	2.390
2013	5.383	2.148	5.383	2.148
2014	8.616	2.148	8.616	2.148
2015	7.361	1.074	7.361	1.076
2016	6.466		6.466	
2017	6.466		6.466	
2018	6.466		6.466	
2019	6.466		6.466	
2020	6.466		6.466	
Passivo não circulante	<u>54.943</u>	<u>7.519</u>	<u>54.943</u>	<u>7.762</u>

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

Notas Explicativas**10. Salários e encargos sociais**

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
Salários e encargos sociais a pagar	214	220	43.204	42.571
Provisão de férias	7		29.996	15.434
Provisão de 13º salário	5		17.179	
	<u>226</u>	<u>220</u>	<u>90.379</u>	<u>58.005</u>

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010
ISS a recolher	18	31	6.731	3.538
IRRF a recolher	48	68	2.116	5.603
IRPJ a recolher			1.800	6.606
CSLL a recolher		7	674	2.425
PIS e COFINS a recolher	61	148	1.037	701
	<u>127</u>	<u>254</u>	<u>12.358</u>	<u>18.873</u>

12. Parcelamento de tributos

	Consolidado	
	30/6/2011	31/12/2010
IRPJ	72	
CSLL	11	
FGTS	30	
ISS	172	48
PIS	83	14
COFINS	297	18
INSS	4.418	1.611
IPTU	86	106
Outras obrigações tributárias	148	
	<u>5.317</u>	<u>1.797</u>
Passivo circulante	322	284
Passivo não circulante	4.995	1.513
	<u>5.317</u>	<u>1.797</u>

Notas Explicativas

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto à Prefeituras e Previdência Social. Os montantes de pagamentos mensais são de aproximadamente R\$ 25, restando ainda 38 e 149 parcelas, com término previsto para agosto de 2014 e novembro de 2024, respectivamente.

Em 30 de junho de 2011 as controladas Atual e FAL mantinham R\$ 3.005 e R\$ 353 respectivamente em parcelamentos de tributos.

	Consolidado
2012	415
2013	395
2014	395
2015	395
2016	395
2017 a 2024	3.000
	<u>4.995</u>

13. Adiantamento de convênio

Em 24 de março de 2004, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. com prazo de vigência até 24 de março de 2009, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros. Em contrapartida, o Unibanco adiantou o equivalente a R\$ 4.000 a SESES e as Mantenedoras para serem compensados mensalmente no decorrer do contrato por meio de uma metodologia estipulada pelas partes.

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de junho de 2011, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 19.243

Notas Explicativas

(R\$ 20.687 em 31 de dezembro de 2010) classificado como passivo não circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 30 junho de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 30 de junho de 2011		
Cíveis	5.699	8.961
Trabalhistas	23.089	35.122
Tributárias	4.671	6.254
Saldo total	<u>33.459</u>	<u>50.337</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010		
Cíveis	6.403	4.765
Trabalhistas	24.330	27.062
Tributárias	5.711	6.254
Saldo total	<u>36.444</u>	<u>38.081</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
-	-			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.711	24.330	6.403	36.444
Adições	8	4.229	440	4.677
Reversões	(8)	(2.657)	(1.656)	(4.321)
Baixas	(12)	(2.813)	(516)	(3.341)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>5.699</u>	<u>23.089</u>	<u>4.671</u>	<u>33.459</u>

Notas Explicativas

a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 4.671 em 30 de junho de 2011 (R\$ 6.403 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com “bala perdida” sofrido por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600 a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100 para cada, e, aos irmãos, R\$ 50 para cada, também sob esse título. As partes interpuseram apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400. Quanto ao recurso da aluna, ele foi também parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso da aluna, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600, restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram recursos especiais contra os acórdãos acima referidos. O saldo em 30 de junho de 2011 é de R\$ 1.295.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2011 é de R\$ 37.476 (R\$ 35.594 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações avaliadas com risco de perda possível, podemos destacar:

(i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº. 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$1.080, conforme

Notas Explicativas

devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Atualmente, processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial, tendo sido o laudo pericial elaborado pelo perito judicial devidamente protocolado em cartório;

(ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas – curso que foi extinto pelo Ministério da Educação – MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Autos conclusos desde 1º de julho de 2010 até a presente data. O montante estimado é de R\$ 1.161;

(iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 23.089 em 30 de junho de 2011 (R\$ 24.330 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda provável, podemos destacar:

Notas Explicativas

(i) Ação trabalhista movida pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução, aguardando julgamento do agravo de petição que foi interposto em face da decisão que julgou parcialmente procedente os embargos à execução apresentados pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.905; e

(ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, sob a alegação de que seu processo de demissão não foi devidamente submetido à prévia apreciação do extinto Conselho Departamental, órgão interno e colegiado existente à época da contratação do referido reclamante. Adicionalmente, pleiteia o reclamante a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2011 é de R\$ 68.553 (R\$ 54.030 em 31 de dezembro de 2010).

(i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. e o valor estimado é de R\$ 1.200;

(ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a conseqüente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se temporariamente fora de pauta de julgamento, em razão das negociações de acordo que estão sendo conduzidas pelas partes envolvidas. O valor estimado da causa é de R\$ 500;

(iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da

Notas Explicativas

alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento, especificamente em fase de realização de prova pericial. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.

(c) Tributárias

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 5.699 em 30 de junho de 2011 (R\$ 5.711 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, pois foram consideradas como perdas possíveis pelos consultores jurídicos que assessoram a Companhia, cujo valor em 30 de junho de 2011 totaliza R\$ 25.056 podemos destacar:

(i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, decorrente do valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 31.12.2010, a SESES tomou ciência de 05 (cinco) decisões de 1ª instância administrativa, sendo que (a) 03 (três) foram integralmente favoráveis a SESES, no valor total de aproximadamente R\$ 33, e versaram exclusivamente sobre o reconhecimento, pela Secretaria da Receita Federal, de erro material na fundamentação fática e legal das respectivas autuações; e (b) duas desfavoráveis que mantiveram, exclusivamente, a aplicação de multas acessórias, no valor unitário de R\$ 12, decorrente de suposto descumprimento de intimação fiscal para apresentação de documentos e/ou informações solicitadas pela fiscalização. Em decorrência de tais decisões desfavoráveis, a SESES interpôs os respectivos recursos voluntários. Os processos administrativos com decisões integralmente favoráveis à SESES foram encerrados. No decorrer dos meses de fevereiro e março de 2011, a SESES e a Estácio Participações, em 09 autos de infração, foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa que deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2003 a 11/2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em virtude dos efeitos da decadência do direito de cobrar os alegados débitos do período de 01/2003 a 11/2003,

Notas Explicativas

o valor total envolvido dessas autuações reduziu de R\$ 508.813 para R\$ 372.631 . De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

(ii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26.11.2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11.02.2011. Em 01.03.2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. . De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$187.771 (Valor atribuído à causa pelo autor);

(iii) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma *“nova sociedade por quotas limitadas”*; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a empresa apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$145.141. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é remota;

(iv) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (*“Lei do PROUNI”*), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir da SESES supostos débitos objeto da *“Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”*, sendo a exigibilidade dos mesmos

Notas Explicativas

suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação em 1º de setembro de 2010. Em 7 de outubro de 2010 a União apresentou suas contra-razões. Em 27.10.2010, os autos foram distribuídos à 3ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal, onde se encontram em conclusão. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 10.713;

(v) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias, algumas sem qualquer respaldo legal e outras com possível caráter confiscatório. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Estamos aguardando as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total autuado é de R\$ 11.073. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível;

(vi) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 5.358;

(vii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;

Notas Explicativas

(viii) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão administrativa de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.484;

(ix) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. Apresentamos impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.639; e

(x) Execução Fiscal ajuizada em face da IREP (sucessora legal dos direitos e obrigações da incorporada Sociedade de Ensino Superior de Sergipe Ltda.), tendo como fundamento o débito consubstanciado no Auto de Infração nº 132460, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. Foi apresentada exceção de pré-executividade em 31.03.2011, qual foi julgada procedente. A classificação de risco de perda atribuída pelos nossos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.365.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 30 de junho de 2011 o capital social é representado por 82.251.937 ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovado o Protocolo de Justificação de Incorporação da Moena Participações S.A. pela Companhia. A incorporação resultará em benefícios financeiros para incorporadora. O ágio originalmente registrado pela incorporada e atribuído à rentabilidade futura da incorporadora, no valor de R\$ 171.129, oriundo da aquisição, em 2008, de ações de emissão da incorporadora, será amortizado fiscalmente em período de 60 meses nos termos da legislação tributária vigente, baseado na expectativa de lucro tributável futura. A Administração da Companhia está revisando os planos de negócios relacionados a expectativa de lucros tributáveis futuros que suportem o registro e reconhecimento dos créditos tributários relacionados ao referido ágio e os respectivos créditos tributários somente serão registrados se e quando houver expectativa de realização dos mesmos e na extensão em que seu aproveitamento seja provável. Nenhum crédito fiscal foi contabilizado em 30 de junho de 2011 por conta deste processo de incorporação.

Notas Explicativas

A composição acionária do capital da Companhia de 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é como segue:

Acionistas	<u>30/06/2011</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>%</u>
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros (1)	3.486.906	4,2%	4.246.053	5,2%
Tesouraria	59.000	0,1%	15.300	0,1%
Outros (2)	<u>62.989.019</u>	<u>76,6%</u>	<u>62.059.676</u>	<u>75,6%</u>
	<u>82.251.937</u>	<u>100,0%</u>	<u>82.038.041</u>	<u>100,0%</u>

1. Considera as ações de Marcel Cleofás Uchôa Cavalcanti, membro do Conselho de Administração.
2. Considera as ações de André Cleofás Uchôa Cavalcanti como ações em circulação, após a OPA realizada em 2010.

b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

Em 1º de janeiro de 2010	<u>78.585.066</u>
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.01.2010	32.121
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.04.2010	122.431
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 29.07.2010	12.225
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 06.10.2010	3.280.324
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 28.10.2010	5.874
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20.04.2011	213.896
Em 30 de junho de 2011	<u><u>82.251.937</u></u>

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, encerrado em 11 de maio de 2011. As ações adquiridas poderão ser utilizadas para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao

Notas Explicativas

eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia. O programa previu a recompra de até 1.527.788 ações.

Até 30 de junho de 2011 e após encerramento deste programa, a Companhia havia recomprado 59.000 ações, com um custo médio de 22,49 reais por ação em 30 de junho de 2011 e preço a mercado de 20,00 reais por ação na mesma data.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Ordinárias	Saldo
Aquisição em 14 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 17 de maio de 2010	200	4
Aquisição em 18 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 20 de maio de 2010	500	9
Aquisição em 21 de maio de 2010	1.400	27
Aquisição em 24 de maio de 2010	2.000	38
Aquisição em 25 de maio de 2010	900	17
Aquisição em 26 de maio de 2010	1.100	21
Aquisição em 27 de maio de 2010	200	4
Aquisição em 8 de junho de 2010	200	4
Aquisição em 9 de junho de 2010	300	6
Aquisição em 10 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 14 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 17 de junho de 2010	700	14
Aquisição em 18 de junho de 2010	1.900	38
Aquisição em 21 de junho de 2010	1.400	28
Aquisição em 23 de junho de 2010	1.500	28
Aquisição em 24 de junho de 2010	200	4
Aquisição em 29 de junho de 2010	500	10
Aquisição em 15 de julho de 2010	300	6
Aquisição em 8 de fevereiro de 2011	4.000	89
Aquisição em 9 de fevereiro de 2011	2.200	49
Aquisição em 10 de fevereiro de 2011	9.100	200
Aquisição em 18 de fevereiro de 2011	1.200	29
Aquisição em 21 de fevereiro de 2011	900	22
Aquisição em 23 de fevereiro de 2011	4.500	108
Aquisição em 25 de fevereiro de 2011	6.300	151
Aquisição em 22 de março de 2011	700	18
Aquisição em 23 de março de 2011	4.700	117
Aquisição em 24 de março de 2011	1.500	38
Aquisição em 25 de março de 2011	6.600	162
Aquisição em 28 de março de 2011	2.000	48
	59.000	1.327
Custo médio de aquisição em 30 de junho de 2011 por ação		22,49
Valor de mercado em 30 de junho de 2011 por ação		20,00

Notas Explicativas

d) Reserva de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao Programa Universidade para Todos - PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente aportados pelos acionistas controladores no negócio, seja como capital inicial, seja como aumento do mesmo mediante a capitalização de lucros e reservas de lucros gerados após a transformação da SESES e das mantenedoras em sociedades empresárias com fins lucrativos. O valor da diferença (R\$ 96.482) entre o montante atribuído aos bens pelos acionistas subscritores e o montante desses bens à valor patrimonial, foi registrado na Companhia em rubrica específica de reserva de capital (ágio na subscrição de ações) e refere-se, substancialmente, ao saldo remanescente dos resultados acumulados auferidos pelas empresas controladas (SESES e mantenedoras) antes da transformação de sua forma jurídica de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.300 durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$ 5.894 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), conforme mencionado na Nota 20 (b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em conformidade com o disposto pelo Pronunciamento Técnico 02 (R) (IAS 21), onde determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidas direto no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia mantém saldo negativo de R\$ 232 na conta de Ajustes acumulados de conversão em 30 de

Notas Explicativas

junho de 2011, decorrentes da conversão das informações trimestrais de sua controlada no exterior, SESSA.

f) Reserva de lucros

f.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação na mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

f.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			6.873	7.199
Rendimentos de aplicações financeiras	949	2.008	4.957	7.197
Outras	385	742	800	559
	<u>1.334</u>	<u>2.750</u>	<u>12.630</u>	<u>14.955</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	25	1	2.293	2.251
Juros e encargos financeiros	445	53	1.843	526
Perdão de dívida	3.298		3.298	
Descontos financeiros			3.856	2.943
Outras	59	17	1.787	2.334
	<u>3.827</u>	<u>71</u>	<u>13.077</u>	<u>8.054</u>

A rubrica de descontos financeiros correspondem aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

17. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do

Notas Explicativas

termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.651	33.558	40.539	34.169
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(12.461)	(11.410)	(13.783)	(11.617)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(429)	(1.254)
Equivalência patrimonial	14.609	11.761		
Despesas não dedutíveis (a)	(1.514)	(3)	(2.163)	(162)
Provisão de Bonus (a)				891
Compensação de prejuízo fiscal	(633)	(349)	(1.268)	
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas				1.358
Provisão para contingências			(61)	(795)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			4.621	1.452
Crédito tributário diferido não contabilizado (c)				(2.267)
Reversões de provisões administrativas (d)		1		433
Outras	(1)		48	100
			(13.035)	(11.861)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			13.164	10.892
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do período			129	(969)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,32%	-2,84%

(a) Refere-se basicamente a despesa de bônus a funcionários, patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

(c) Refere-se aos créditos tributários calculos sobre prejuízos fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ainda não contabilizados.

(d) Refere-se a baixa de fornecedores em aberto até o ano de 2008.

Notas Explicativas

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	-	-	129	(969)
Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício	-	-	(4.017)	358
	-	-	(3.888)	(611)

Em 30 de junho de 2011 as controladas Seses e Irep contabilizaram crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 14.060. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	30/06/2011	31/12/2010
Provisão para contingência	(8.580)	(10.569)
Mensalidades a cancelar		(2.028)
Provisão para desmobilização	(2.740)	(2.740)
	(11.320)	(15.337)

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 30 de junho de 2011 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 30 de junho de 2011 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4.099 (R\$ 3.466 em 31 de dezembro de 2010) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

18. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca

Notas Explicativas

corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de junho de 2011 e 2010, encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Contas a receber

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha

b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros a que a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala de curto prazo. A dívida a taxa de juros flutuantes expressa em reais está sujeita, principalmente, à flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2011 e 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP e CDI.

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,75% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras Posição em 30.06.2011 R\$ 21.639	CDI	12,75% 2.759	9,56% 2.069	6,37% 1.378

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP vigentes em 30 de junho de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2012 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2011. A data base utilizada para os empréstimos foi 30 de junho de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Contrato Finame Taxa sujeita à variação R\$ 8.538	TJLP	6,00% 512	7,50% 640	9,00% 768

* Saldos em 30 de junho de 2011

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

19. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Responsabilidade Civil dos Diretores	75.000	75.000
Incêndio de bens do imobilizado	66.613	66.613
Responsabilidade Civil	5.000	5.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Demais ramos	13.542	2.360

20. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores

Notas Explicativas

e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 6.307 e R\$ 4.142, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b)).

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária de 13 de junho de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 4,15% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa. Tal limite poderá ser elevado até 5%, desde que a Companhia, através de recompras no mercado, tenha adquirido ações de sua própria emissão e cancelado as mesmas em montante igual ou superior ao montante de ações equivalentes ao percentual de 0,85% que poderão ser emitidas em razão do plano de opção de compra de ações.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de dezesseis reais e cinquenta centavos por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 172.499 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.783.187 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Volatilidade anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	23,5	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
2/10/2008	14,6	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/01/2009	13,2	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/08/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/09/2009	20,1	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/01/2010	24,5	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
01/03/2010	22,5	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/07/2010	20,2	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
03/11/2010	25,2	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%
03/01/2011	26,0	56,73%	5,79%	23,6	4,68	1,18%

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de junho de 2011 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 1.300 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$ 5.894 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 30 de junho de 2011.

21. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de junho de 2011.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Notas Explicativas

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	30/6/2011	30/6/2010
Numerador		
Lucro líquido do período	36.651	33.558
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.095.856	78.650.227
Lucro líquido por ação básico	0,00044644	0,00042667

b) Lucro por ação diluído

	30/6/2011	30/6/2010
Numerador		
Lucro líquido do período	36.651	33.558
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.144.989	78.650.227
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	3.258.863	2.517.367
Média ponderada ajustada de ações em circulação	85.403.852	81.167.594
Lucro líquido por ação diluído	0,000429149	0,00041344

22. Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010
Receita bruta das atividades	806.023	734.625
Deduções da receita bruta	(240.314)	(220.429)
Gratuidades - bolsas de estudo	(206.919)	(190.729)
Devolução de mensalidades e taxas	(4.953)	(1.396)
Descontos concedidos	(4.374)	(6.679)
Impostos	(24.068)	(21.625)
Receita líquida das atividades	565.709	514.196

Notas Explicativas**23. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(22.760)	(20.103)
Publicidade			(27.926)	(24.203)
Vendas e Marketing			(10.081)	(5.796)
Despesas Comerciais			(60.767)	(50.102)
Pessoal e encargos sociais	(2.209)	(2.186)	(32.797)	(35.261)
Serviços de terceiros	(2.495)	(1.892)	(20.368)	(23.084)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(1.381)	(1.590)
Material de consumo			(753)	(731)
Depreciação e amortização	(1.156)		(7.194)	(3.892)
Outras	(2.169)	(538)	(24.854)	(19.409)
Provisão para contingências	2.909		2.729	(2.344)
Despesas gerais e administrativas	(5.120)	(4.616)	(84.618)	(86.311)

24. Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Lucro líquido do período	36.651	33.558	36.651	33.558
Variação cambial sobre investimento no exterior	(173)	(33)	(173)	(33)
Resultado abrangente	36.478	33.525	36.478	33.525

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade de ações de emissão da Companhia, detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, membros de Acordo de Acionistas, por Administradores da Companhia, além de ações que estão em circulação (Outros Acionistas) em **30/06/2011**.

30/06/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity C, LLC	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros	3.486.906	4,2%	3.486.906	4,2%
Conselho de Administração	3.307.833	4,0%	3.307.833	4,0%
Diretores	179.073	0,2%	179.073	0,2%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	59.000	0,1%	59.000	0,1%
Outros Acionistas	62.989.019	76,6%	62.989.019	76,6%
Total	82.251.937	100,0%	82.251.937	100,0%
Ações em Circulação**	62.989.019	76,6%	62.989.019	76,6%

** Total de Ações – Controladores – Conselho de Administração – Diretores – ações em tesouraria

30/06/2010				
Acionistas	ON	%	Total	%
Uchôa Cavalcanti Participações S. A.*	28.702.835	36,5%	28.702.835	36,5%
Moena Participações S.A.*	15.717.013	20,0%	15.717.013	20,0%
Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.331.460	5,5%	4.331.460	5,5%
André Cleófas Uchôa Cavalcanti*	4.321.682	5,5%	4.321.682	5,5%
Monique Uchoa Cavalcanti de Vasconcelos	4.100.405	5,2%	4.100.405	5,2%
Administradores e Conselheiros	120.371	0,2%	120.371	0,2%
Conselho de Administração	52.050	0,1%	52.050	0,1%
Diretores	68.321	0,1%	68.321	0,1%
Conselho Fiscal	0	0,0%	0	0,0%
Ações em Tesouraria	15.000	0,0%	15.000	0,0%
Outros Acionistas	21.430.852	27,2%	21.430.852	27,2%
Total	78.739.618	100,0%	78.739.618	100,0%
Ações em Circulação**	21.430.852	27,2%	21.430.852	27,2%

* Membros do Acordo de Acionistas.

** Total de Ações – Controladores membros do Acordo de Acionistas – Conselho de Administração – Diretores.

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, que dispõe sobre a necessidade de informar a posição acionária por espécie e classe de todo acionista que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da Companhia, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, apresentamos suas composições a seguir:

Private Equity C, LLC -

30/06/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Private Equity Partners C (Cayman) Ltd.	15.290.208	18,6%	15.290.208	18,6%
Outros	66.747.833	81,4%	66.747.833	81,4%
Total	82.038.041	100,00%	82.038.041	100,00%

GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações -

30/06/2011				
Acionistas	ON	%	Total	%
Cotistas do GPCP4-FIP	426.804	0,54%	426.804	0,54%
Outros	81.611.237	99,5%	81.611.237	99,5%
Total	82.038.041	100,00%	82.038.041	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em 31/03/2011 éramos controlados exclusivamente pela Private Equity Partners C, LLC e GPCP4 – Fundo de Investimento em Participações, em decorrência, da OPA realizada em outubro de 2010, o Acordo de Acionistas foi rescindido.

Private Equity Partners C, LLC é uma sociedade devidamente constituída sob as leis de Delaware, Estados Unidos da América. Private Equity Partners C, LLC é detida pela Private Equity Partners C (Cayman), Ltd, sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Cayman que, por sua vez, é controlada por GP Capital Partners IV, L.P. ("GPCPIV" ou "Fundo"), fundo de investimento devidamente constituído sob leis das Ilhas Cayman.

O GPCPIV é um fundo que tem como finalidade realizar investimentos de private equity ou relacionados a private equity em empresas localizadas no Brasil ou com atividade comercial expressiva no Brasil e, em menor extensão, em outros países da América Latina, buscando controle, controle compartilhado ou participação minoritária influente nas empresas-alvo.

O GPCPIV é gerido pela GP Investments IV, Ltd. ("general partner"), subsidiária integral da GP Investments, Ltd., companhia aberta com sede nas Bermudas ("GP"). O general partner atua em sua administração (conforme os termos do Partnership Agreement firmado entre o general partner e os demais investidores do fundo, "Limited Partners"), possuindo total discricionariedade pelas decisões de investimento e desinvestimento do fundo. Os Limited Partners incluem, resumidamente, instituições de fomento internacionais, fundos de universidades, hedge funds, fundações familiares e investidores particulares.

A GP, além de controlar o general partner do GPCPIV, investe também no Fundo através da GP Private Equity, Ltd., sua subsidiária integral. A GP, como investidora indireta, detém cerca de 6,14% do total de ações emitidas pela Companhia e é controlada pela Partners Holdings, Inc., sociedade devidamente constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas que, por sua vez, não possui nenhum indivíduo cuja participação indireta na Companhia seja igual ou superior a 5%.

Cláusula Compromissória

Conforme Capítulo XI, artigo 45, de seu Estatuto Social, a Estácio Participações, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado da Bovespa, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da Bovespa.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Fernando Alberto S. de Magalhães
Contador CRC - 1SP 133.169/O-0 - S - RJ